UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

JESUÍTAS Missão transformadora.

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Movimentos sociais. Perspectivas e desafios

Rudá Ricci
Os desafios dos movimentos sociais

Maria da Glória Gohn
Os movimentos sociais na conjuntura social e política

Silvio Caccia Bava
A fragilização do imaginário da transformação social

E mais:

>> **José Ternes:**
Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico

>> **Paulo Brack:**
A biodiversidade gaúcha em risco

325
Ano X
19.04.2010
ISSN 1981-8469

Editorial

Movimentos sociais. Perspectivas e desafios

"Na atualidade, os movimentos sociais são distintos dos ocorridos do final da década de 1970 e parte dos anos 1980", constata a socióloga **Maria da Glória Gohn**. Analisar as transformações que marcaram os movimentos sociais na última década, as limitações e desafios desses atores sociais é o tema que inspira a matéria de capa da revista **IHU On-Line** desta semana.

Contribuem para este debate, além da pesquisadora citada, sociólogos, militantes sociais e cientistas políticos, como **Rudá Ricci**, professor da PUC-Minas, **Sílvio Caccia Bava**, coordenador geral do Instituto Polis, **Ivo Lesbaupin**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, **Marcus Abílio Gomes Pereira**, professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e **Ivo Poletto**, assessor de pastorais e movimentos sociais.

Completam esta edição as entrevistas com **José Ternes**, filósofo e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sobre a sociedade panóptica e o sujeito histórico a partir de Foucault e com botânico **Paulo Brack**, representante do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – Ingá, no Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS – Consema-RS, sobre a biodiversidade gaúcha. A primeira entrevista é mais um subsídio para o **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**, a ser realizado de 13 a 16 de setembro de 2010, e que será precedido por uma série de pré-eventos, dentre os quais destacamos o **Ciclo de Estudos Filosofias da Diferença**, que inicia no dia 26 de maio de 2010. A segunda entrevista continua o debate iniciado na edição da semana passada sobre a biodiversidade.

Ainda neste número, publicamos o calendário dos próximos eventos promovidos pelo IHU. Destacamos a conferência inicial do Ciclo de Palestras: Perspectivas socioambientais e econômicas do Brasil 2010 - 2015. Limites e Possibilidades, que será proferida, na próxima segunda-feira, dia 26 de abril, por **Márcio Pochmann**, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

A todas e todos um bom feriado, uma ótima leitura e uma excelente semana!

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Vanessa Alves (vanessaam@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br) e Juliana Spitaliere. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 – ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | **Editorial**

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Rudá Ricci: Os desafios dos movimentos sociais hoje

PÁGINA 10 | Maria da Glória Gohn: Os movimentos sociais na conjuntura social e política

PÁGINA 12 | Ivo Poletto: A retomada do comunitarismo na vida social

PÁGINA 16 | Silvio Caccia Bava: A fragilização do imaginário da transformação social

PÁGINA 20 | Ivo Lesbaupin: Movimentos sociais e o pós-Lula

PÁGINA 25 | Marcus Abílio Gomes Pereira: Um novo perfil de organizações fruto do neoliberalismo

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 28 | José Ternes: Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico

» Terra Habitável

PÁGINA 31 | Paulo Brack: "A biodiversidade deve ser um tema estratégico"

» Coluna do Cepos

PÁGINA 36 | Ana Maria Oliveira Rosa: Contrapartida social

» Destaques On-Line

PÁGINA 38 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

» Sala de Leitura

» IHU Repórter

PÁGINA 45| Rogério Lessa Horta

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Os desafios dos movimentos sociais hoje

Na avaliação do sociólogo Rudá Ricci, movimentos sociais e organizações populares "entram no jogo político pela porta dos fundos". Para ele, nessa relação não há transparência porque "não há projeto público"

Por Patricia Fachin

"O ideário dos anos 80 se esgotou, e, a partir dos anos 90, lideranças sociais do país ingressaram na lógica da burocracia estatal e perderam a energia e força moral para impor uma nova lógica política", afirmou o sociólogo Rudá Ricci, à **IHU On-Line**. Para ele, os movimentos sociais foram fracassados, e isso está diretamente relacionado à concepção de comunidade, instituída na origem do movimento.

Ricci defende ainda que o comunitarismo cristão "não conseguiu construir uma lógica política tolerante e voltada para sociedades complexas". Os movimentos sociais que nasceram desta vertente, enfatiza, "acabaram por se fechar em suas pautas específicas e construíram fortes estruturas organizacionais voltadas para si, e não para a sociedade como um todo".

Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, o pesquisador também reconhece que ainda existem movimentos sociais que lutam por direitos universais. Ele cita o movimento ambientalista, o qual mantém as características iniciais: "sua força vem da mobilização social, pensando direitos e regras gerais, são pluriclassistas e ainda não se partidarizaram concretamente. Pela própria natureza, pensam projetos de desenvolvimento e do Estado".

Para ele, a dificuldade de ação dos movimentos sociais gira em torno da superação do particularismo. "Ainda estamos vinculados às carências, o que dificulta o salto para a luta por direitos universais, por uma nova lógica de tomada de decisões públicas. E isto acaba sendo o obstáculo para a articulação", menciona.

Rudá Ricci formou-se em Ciências Sociais pela PUC-SP. Na Universidade Estadual de Campinas, realizou o mestrado em Ciência Política e o doutorado em Ciências Sociais. Atua como consultor no Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e do Instituto de Desenvolvimento. É diretor do Instituto Cultiva e professor da Universidade Vale do Rio Verde e da PUC-Minas. Escreveu o livro *Terra de Ninguém: sindicalismo rural e crise de representação* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor diz que, na primeira década do século XXI, o ideário que motivou a formação dos movimentos sociais brasileiros revelou-se insuficiente e até mesmo anacrônico. Por quê? O que aconteceu? A que o senhor atribui essa insuficiência?

Rudá Ricci - A primeira grande alteração foi a organização de vários movimentos sociais e a crise de financiamento externo. O caso das pastorais sociais é exemplar. Várias pastorais vinculadas à Teologia da Libertação alimentaram a criação e o ideário dos principais movimentos sociais que emergiram nos anos 80. Contudo, ao se consolidar o MST, MAB e tantos outros movimentos (até mesmo a CUT, que era alimentada pelas pastorais quando ainda existia um movimento de oposições sindicais à estrutura confederativa), as pastorais ficaram sem lugar, numa profunda

crise de identidade. E se enfraqueceram. Foi justamente o período de crise de financiamento externo (principalmente europeu) que atingiu duramente ONGs e pastorais. Muitos alteraram seu padrão de financiamento e abrangência do trabalho desenvolvido. Também foi o período de implantação da lei que criou as OSCIPs. A CUT, por exemplo, vinculou-se fortemente a várias centrais sindicais social-democratas. Alterou, pouco a pouco, seu perfil ideológico. Do ponto de vista nacional, a Constituição Federal de 1988 criou estruturas participativas (como os conselhos de gestão pública) e foi aumentando as parcerias com ONGs e organizações populares a ponto de muitos líderes sociais e entidades (até movimentos sociais) aproximarem-se mais da estrutura burocrática e da pauta de governos que propriamente das lutas sociais de resistência que marcavam sua prática na década anterior.

Finalmente, a vitória paulatina da esquerda em eleições para o executivo municipal, estadual e, depois, para o governo federal gerou uma migração de lideranças sociais expressivas para instâncias de governo. Cito um caso exemplar: o de Avelino Ganzer, um grande dirigente nacional do sindicalismo rural, surgido no Pará a partir do trabalho de agentes pastorais, que ingressou no governo estadual do Pará e sumiu do mapa político do país. O grande problema, contudo, foi uma baixa formulação política. Os movimentos sociais se apoiaram numa luta de resistência, mas não de construção de uma nova institucionalidade pública, mais democrática. Na prática, a resistência sugere a volta ao passado (lembrando o moto dos movimentos messiânicos) ou a benesse (abrindo mão do protagonismo e solicitando que o Estado os ouça). Este é o problema maior. Não existe sujeito político que não seja protagonista da ação.

IHU On-Line – Em seus artigos, o senhor menciona que o comunitarismo cristão dos anos 80 falhou e que o movimento social não conseguiu dar o salto para a construção de uma nova institucionalidade pública. Em que o senhor fundamenta esta crítica? O que faltou ao movimento social para que ele conseguisse avançar nesse sentido?

Rudá Ricci - Na própria concepção de comunidade, que nem sempre combina com o de sociedade. Na sociologia, comunidade é compreendida como uma relação entre iguais, que se solidarizam a partir do afeto, dos valores mútuos.

Forma-se um espírito de corpo nem sempre baseado na razão, na noção consciente do papel individual na construção do coletivo, mas na prática de autodefesa do grupo. É o caso, como ilustração, das torcidas de time de futebol. O conceito de sociedade, ao contrário, não é uma soma de comunidades, mas a construção de racionalidade e regras que definem a convivência entre diferentes. Na lógica societária, cada indivíduo precisa saber qual o seu papel para que o todo funcione, mesmo desconhecendo o que é, efetivamente, o outro, que mora em outro bairro distante do seu, que nem sabe que existe. Os laços afetivos criam forte coesão, mas também podem criar forte sentimento de exclusão ou exclusivismo. Esta é a crítica que democratas fazem ao exclusivismo da democracia direta: sem a democracia representativa, que lhe confere equilíbrio, só quem participa da assembleia é considerado cidadão. Os que faltam, muitas vezes, são acusados de comodismo ou alienação. O comunitarismo cristão, base da Teologia da Libertação, não conseguiu construir uma lógica política tolerante e voltada para sociedades complexas. Os movimentos sociais que nasceram desta vertente acabaram por se fechar em suas pautas específicas e construíram fortes estruturas organizacionais voltadas para si e não para a sociedade como um todo. Na prática, defendem interesses grupais, e não direitos universais. Muitas vezes, este erro ganha uma roupagem discursiva fundada no conceito de luta de classes. Mas é uma mera ilusão retórica. Nem sempre se trata de uma luta de classes, mas apenas de interesses. Veja o caso da luta pela terra no Brasil, que raramente ainda carrega a luta pela reforma agrária. A luta pela terra é uma luta pela propriedade, e a luta pela reforma agrária é uma luta mais geral, de concepção de organização da estrutura fundiária. O discurso parece até envolver os dois. Mas, na prática, só envolve o interesse.

> **"Neste momento, discutem se apoiam Marina Silva ou Dilma Rousseff, como se este fosse o grande tema do país para a ampliação das lutas por direitos e participação social. Novamente, limitam-se à luta partidária, de governo, e não conseguem ir além"**

IHU On-Line - O senhor critica os movimentos sociais pelo fato de eles terem sido engolidos pela máquina pública. Nesse sentido, o que dificultou a construção de uma nova institucionalidade pública por parte dos movimentos sociais? A relação com o Estado é a única justificativa?

Rudá Ricci - Critico alguns movimentos sociais. Os movimentos ambientalistas ainda resistem a esta lógica perversa. Já explicitei que vários movimentos sociais e organizações populares se enredaram numa forte crise de financiamento e até hoje não acharam uma saída que lhes garanta autonomia política efetiva. Algumas organizações populares se isolam à luz do dia.

Outras fazem um discurso radical, mas se apoiam em acordos de bastidor com governos, inclusive declaradamente de direita, o que supostamente seria uma contradição. A relação, no caso, não é com Estado, mas com governos. Explico: grande parte do que eram movimentos sociais são apenas organizações e lutam pela sua própria sobrevivência enquanto tal. E perderam a intenção de elaborar novos direitos e um novo Estado. Fazem um mero jogo político com governos, o que revela uma política mais particularista que a dos anos 80. Governos são forças políticas que dirigem o Estado. Estado é a estrutura permanente que administra tudo que é público. Quando eu limito minha relação com governos, estou fazendo mero jogo político de acordos entre duas partes. Quando penso as políticas de Estado, estou intervindo na estrutura de poder da sociedade, em direitos gerais, na conformação de uma nova institucionalidade. Um é mero jogo. O outro é pensar o país e a democracia como um todo. Os movimentos sociais que se tornaram organizações não pensam, efetivamente, o Estado, mas apenas sua sobrevivência e poder político. Mas ainda restam movimentos que lutam por direitos universais. São poucos, mas criam constrangimentos à regra.

IHU On-Line - O que dificulta a articulação nacional dos diversos movimentos sociais brasileiros?

Rudá Ricci - Pelo que expliquei anteriormente: são exclusivistas e raramente pensam o país. O CONAE acaba de discutir um sistema único da educação sem que as lideranças de saúde fossem convidadas. Como é possível algo tão arrogante, se o SUS é o exemplo maior de sistema único de política pública no país? Nem se pensa em articular uma conferência nacional de educação com a de saúde, justamente porque são campos específicos, com lógicas específicas que, este é o drama, imitam a estrutura de Estado burocrático do país. O Estado burocrático brasileiro é dividido em temas e subtemas, ministérios e secretarias e daí por diante. As organizações populares não poderiam, por definição, ser reflexo desta estrutura de especialização.

Mas como não pensam um novo Estado, mais democrático e relacionado com a vida concreta dos cidadãos (que, no dia-a-dia, se relaciona com territórios e agrupamentos sociais e não com temas específicos), acabam caindo nesta armadilha de se organizarem em estruturas temáticas, quase sempre reflexo da estrutura estatal dominante, antipopular. O que estou querendo afirmar é que o ideário dos anos 80 se esgotou e, a partir dos anos 90, lideranças sociais do país ingressaram na lógica da burocracia estatal e perderam a energia e força moral para impor uma nova lógica política. Abdicaram da ousadia. Algo semelhante ocorreu na Europa do pós-guerra. Restou à França manter lutas sociais por direitos – caso das lutas da periferia de Paris, formada por migrantes marginalizados – ou movimento sindical que enfrenta políticas governamentais que diminuem direitos sociais – caso das greves do correio, para citar um exemplo.

IHU On-Line - O movimento social foi uma das forças políticas que contribuiu para a eleição de Lula. Como o senhor avalia a relação do movimento social com o governo Lula. Quais os ganhos e perdas para o movimento social?

Rudá Ricci - A relação é de subordinação e forte partidarização. Neste momento, discutem se apoiam Marina Silva ou Dilma Rousseff, como se este fosse o grande tema do país para a ampliação das lutas por direitos e participação social. Novamente, limitam-se à luta partidária, de governo, e não conseguem ir além. Houve ganhos no governo Lula, principalmente econômicos. Os salários aumentaram. Houve forte ascensão social. Mas, do ponto de vista político e de estrutura de Estado, houve retrocesso. O governo Lula segmentou os movimentos e organizações sociais em temas. Criou câmaras e arenas de negociação de projetos (como o CDES) sem laços com as bases sociais. Prejudicou sobremaneira a articulação política e a transparência das ações de Estado. Transformou grande parte da agenda de Estado em agenda de governo. Criou forte cooptação política via distribuição de recursos públicos. A distribuição desses recursos não é um equívoco. Mas a forma como é distribuída, sem controle social e sem transparência (somente os líderes sabem efetivamente o que ocorre) é um declarado modelo de cooptação, de troca de favor, de partidarização da sociedade civil. O lulismo se alimentou desta lógica: construiu a imagem de um pai, sábio, sorridente. Personalizou a política. Algo que os movimentos sociais dos anos 80 tanto lutaram para superar. O grande retrocesso é político.

> **"O lulismo se alimentou desta lógica: construiu a imagem de um pai, sábio, sorridente. Personalizou a política. Algo que os movimentos sociais dos anos 80 tanto lutaram para superar. O grande retrocesso é político"**

IHU On-Line - Como os movimentos sociais devem participar do jogo político?

Rudá Ricci - Com autonomia, antes de tudo. Deveriam se articular em fóruns que agreguem os diversos interesses e pautas, pensando o país. Deveriam procurar comandar os 30 mil conselhos de gestão pública existentes, uma rede de poder real totalmente abandonada à sua sorte. Deveriam criar uma rede de Escolas da Cidadania para formação de novas lideranças com capacidade de gerenciar políticas públicas, articulando suas várias escolas e estruturas de formação. É mais que necessário pensarmos numa nova institucionalidade pública do Brasil. O jurista Fábio Konder Comparato[1] sugere a criação de um órgão central de planejamento – algo parecido com o Banco Central do planejamento – com autonomia frente aos governos e com participação de representação da sociedade civil. O Fórum Brasil do Orçamento apresentou proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social que responsabiliza governantes que não melhorarem indicadores sociais (podendo até abrir impeachment contra o governante) e aumentando o controle social. Há uma forte discussão para se fechar o Senado porque ele não significa, de fato, uma câmara alta, de representação dos Estados, mas uma mera aristocracia política. Alguns debatem a possibilidade de candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação a partidos. Ou de implantação do recall, que cassa o mandato de parlamentares que não cumprirem o que o eleitor desejar. Podemos avançar na participação social dentro dos parlamentos. Por que não temos conselhos de gestão pública em Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e Congresso Nacional? Por que só pensamos a participação no nível do executivo? Por qual motivo não impomos aos governantes que indiquem uma lista tríplice para cada secretário ou ministro de uma pasta onde existir conselho de gestão públi-

1 **Fábio Konder Comparato** (1936): advogado, escritor e jurista brasileiro. É professor titular aposentado (em 2006) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra. Em 2009, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

ca para que o conselho escolha um dos três? Enfim, há tantos temas a serem debatidos para radicalizarmos nossa democracia e controle social, mas os movimentos sociais e organizações populares entram no jogo político pela porta dos fundos. Significativamente, sem que as suas bases sociais entendam o que se discute efetivamente, não há transparência, porque não há projeto público.

IHU On-Line - Qual é o movimento social mais representativo no Brasil? O senhor vislumbra o surgimento de novas forças sociais?

Rudá Ricci - O movimento ambientalista ainda mantém características de movimento social: sua força vem da mobilização social, pensando direitos e regras gerais, são pluriclassistas e ainda não se partidarizaram concretamente. Pela própria natureza, pensam projetos de desenvolvimento e do Estado. O movimento de saúde, pela sua força histórica, ainda mantém traços que ficam no limiar da organização específica, mas não adentraram ainda nesta tentação. Há lutas rurais de minorias, como quilombolas, que também se encontram neste limiar. Mas vários outros, como movimento por habitação, luta pela terra, direitos da criança e adolescente, assistência social, movimento negro, estudantil, para citar alguns, não são mais movimentos sociais e se subordinaram à dinâmica e lógica dos governos. Uma cooptação branca. Há novidades dispersas, muito recentes, que se estruturam em redes (os chamados structural holes), mas que ainda não se esboçam claramente. Quase sempre envolvem lutas ambientalistas, muito modernas e midiáticas, desde o seu início. Havia indícios, no início deste século, de articulações em fóruns e redes sociais, mas que até o momento vivem de maneira errática, marginal à política nacional. Continuam sendo promessas. Neste campo, temos o Fórum Nacional de Participação Popular, a Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política Democrática, a Articulação do Semi-Árido, para citar alguns exemplos.

IHU On-Line - Que desafios a conjuntura atual coloca aos movimentos sociais? Quais são, nesse sentido, seus limites e dificuldades?

Rudá Ricci - A dificuldade é de formulação geral, de superação do particularismo. Ainda estamos vinculados às carências, o que dificulta o salto para a luta por direitos universais, por uma nova lógica de tomada de decisões públicas. E isto acaba sendo o obstáculo para a articulação.

Forma-se, assim, um círculo vicioso: o particularismo impede a formulação de agendas gerais que poderia superar o particularismo. Não se pensa o território como base de organização, mas o tema. O território articula muitos temas e pessoas. É ali que nasce a noção de público. Mas as organizações populares não conseguem pensar os territórios e a engenharia política pública. Como dizia Betinho, pouco antes de morrer: "Há muito ministério no Brasil. O ideal é que fossem apenas três: da infraestrutura, da administração e a dos homens". Uma frase que parece simples, mas que colocava ênfase no ser humano – no que tange às políticas sociais – e não nos temas. As organizações populares brasileiras não conseguem evoluir para esta compreensão.

> "O que ocorre é que a população excluída que desejava ocupação e a volta à terra vem sumindo. A emergência da nova classe C e o aumento da classe D têm repercussão política"

IHU On-Line - O senhor diz que o MST está se isolando politicamente. Na prática, o que isso significa?

Rudá Ricci - Será uma organização marginal. Já não é mais movimento social. Veja o número de ocupações de terra. Despencaram nos últimos cinco anos. No ano passado, superaram pouco mais que 170 em todo o país. O número de acampados, que, na primeira gestão Lula, chegava a 200 mil, agora não passa de 70 mil. Lula prometeu substituir a distribuição de cestas básicas em acampamentos rurais pelo cartão do Bolsa Família. O MST repudiou porque sabe que será uma estocada no seu coração. O que ocorre é que a população excluída que desejava ocupação e a volta à terra vem sumindo. A emergência da nova classe C e o aumento da classe D têm repercussão política. Em 2002, a classe C significava 38% da população brasileira. Em 2010, representa 49,7%. As classes D e E representavam 54% e hoje representam 37%. O número de pobres no governo Lula caiu pela metade. A FGV-RJ estima que, em 2015, os pobres não representem 7% da população. Esta ascensão gerou uma forte ideologia consumista. Obviamente que o apelo do MST vem despencando.

IHU On-Line - Em que medida as transformações sociais dos últimos anos, como a diminuição da desigualdade social e, em parte, econômica, representa um novo desafio para a atuação dos movimentos sociais na sociedade?

Rudá Ricci - O desafio é pensar em dialogar com uma população consumista, individualista (mais de 80% deles afirmam, segundo pesquisas recentes, que só confiam na sua família e desconsideram ações comunitárias) e quase fundamentalista no que tange à religião. Alimenta uma religiosidade privatista, voltada para o ganho pessoal e de sua família, para o conforto e não para a solidariedade. Várias pesquisas recentes, inclusive uma que coordenei para a arquidiocese de Belo Horizonte, revelam um católico mais fechado ao seu bem-estar, refratário às ações públicas. São desorganizados. Todos nós, que sempre lutamos pela ampliação do controle social e direitos sociais, nunca soubemos lidar com a parcela desorganizada da população brasileira. Teremos que reconstruir ações educacionais ou de debate dos valores sociais de nossa população. Temos que equilibrar ações sociais,

na base social, com intervenções nas câmaras de cúpula governamental de políticas sociais (que consomem tanto tempo de nossas organizações). Perdemos a disputa pelos valores morais em nossa sociedade nos últimos quinze anos. Tínhamos esta hegemonia nos anos 80. As pesquisas revelam valores solidários muito mais intensos no conjunto da população. Havia, por exemplo, uma efetiva solidariedade em relação às lutas sociais.

IHU On-Line – Que aspectos devem nortear a prática dos movimentos sociais hoje?

Rudá Ricci - A questão central é superação das pautas exclusivistas e construção de um projeto de Estado, de institucionalidade pública. Se não pensarmos como a população brasileira pode ser efetivamente poder, controlar e governar com os eleitos, criar transparência da máquina pública, reconstruirmos a cultura do funcionalismo público (desprestigiado e arrogante), as lutas sociais formarão uma espécie de passagem dramática numa paisagem de total formalismo político. Como se fosse um "alegro ma non troppo" em meio a um adágio infinito.

IHU On-Line - Que futuro o senhor vislumbra para os movimentos sociais a partir do resultado das eleições presidenciais deste ano?

Rudá Ricci - Com Dilma presidente, a agonia aumentará, porque ela é muito mais dura e tecnocrática que Lula. Não tem compromissos históricos e pessoais como Lula com os movimentos sociais. Não dará as costas, mas continuará e acentuará a lógica atual. Com Serra, já sabemos que o enfrentamento será uma tônica. Veja o tratamento que confere à greve dos professores paulistas. Trata como elemento de disputa partidária porque o PSDB nunca conseguiu ter peso nas lutas sociais brasileiras. É mais analista de gabinete que ator social. Em suma: não teremos dias muito profícuos na próxima gestão. Mas, com Serra, é possível que as lutas sociais ganhem intensidade. Parecerá uma volta, mantendo os velhos problemas. E poderá se partidarizar ainda mais. A solução estará na superação dos próprios fantasmas. Se movimentos sociais e organizações populares não enfrentarem seus fantasmas, estaremos sempre dependentes do próximo eleito. O que é muito pouco para aquilo que desejavam na fase de redemocratização do país.

Leia Mais...

>> Rudá Ricci já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *"Com o fim da era dos movimentos sociais, foi-se a energia moral da ousadia"*. Entrevista publicada em 30-11-2010. Disponível em http://migre.me/wMCD;
- *O PT a reboque do lulismo*. Entrevista publicada em 10-9-2009. Acesse no link http://migre.me/wMEA;
- *"Um Brasil mais mosaico do que nunca". Uma análise das eleições a partir de Minas Gerais*. Entrevista publicada em 1-11-2008 e disponível no link http://migre.me/wMFC;
- *"A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI"*. Entrevista publicada em 2-9-2008 e disponível no endereço eletrônico http://migre.me/wMGW;
- *"Lula não é uma liderança de esquerda"*. Entrevista publicada em 20-9-2006 e disponível no link http://migre.me/wMHL.
- *Movimentos Sociais numa gestão Dilma ou Serra*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 30-03-2010 e disponível em http://bit.ly/bucNA7
- *O lulismo e a esquerda latino-americana*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 24-03-2010 e disponível em http://bit.ly/8Y8tBO
- *Comunitarismo e Democracia no Brasil*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 20-03-2010 e disponível em http://bit.ly/a2S4w4
- *Movimentos Sociais em discussão*. Rudá Ricci responde a Valter Pomar. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 13-12-2009 e disponível em http://bit.ly/ctbaYH

Baú da IHU On-Line

>> Sobre a temática dos movimentos sociais, a **IHU On-Line** já produziu outras edições. Elas estão disponíveis na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *Movimentos sociais. Criminalização é um atentado à democracia*. Edição número 266, de 28-7-2008. Disponível no link http://migre.me/wMSG;
- *Fórum Social Mundial - Sinais, desafios e contradições do outro mundo possível*. Edição número 89, publicada em 12-1-2004. Acesse em http://migre.me/wNfi;
- *Os movimentos sociais no Brasil: novos atores sociais?* Edição número 70, de 11-8-2003, disponível no link http://migre.me/wNhP;
- *Um outro mundo é possível*. Edição número 48, de 2-1-2003 e disponível no link http://migre.me/wNjw.

http://twitter.com/_ihu

Os movimentos sociais na conjuntura social e política

Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn, impera, nos dias atuais, "um certo modismo, que tenta se desvencilhar de imagens movimentalistas dos anos 80 e construir novas representações sobre ações civis"

Por Graziela Wolfart e Patricia Fachin

Os movimentos sociais do século XXI são distintos dos das décadas de 70 e 80, embora alguns "quadros de suas assessorias sejam herdeiros daquelas", constata Maria da Glória Gohn. Nos anos de ascensão, "lutavam para ter 'direito a ter direitos' (...), eles não eram voltados apenas para si próprios, olhavam para o outro", enfatiza a socióloga em entrevista concedida, por e-mail.

Dividida entre diversos compromissos, Maria da Glória Gohn aceitou responder algumas questões enviadas pela **IHU On-Line**. Na entrevista que segue, ela menciona que "o novo milênio apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória. O Estado alterou sua forma de relação com o setor social". A partir disso, explica, é possível perceber duas mudanças significativas: "De um lado, significa reconhecimento social, especialmente de identidades culturais reivindicadas pelos movimentos; de outro, passou a haver um maior controle social - de cima para baixo, pois as identidades têm sido formatadas em 'políticas de identidades', e não em processos de assegurar 'identidades políticas' construídas pelos próprios sujeitos participantes. A mudança na ordem dos termos muda o sentido da ação social". E evidencia: "Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram mais condições de organização, tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, eles perderam muito sua autonomia e, consequentemente, sua força política, por diferentes razões". Na avaliação da professora da Unicamp, "as divergências demarcadas por diferenças político-ideológicas" dividem os movimentos sociais e também dificultam suas ações.

Maria da Glória Gohn é mestre em Sociologia, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, com a tese intitulada P*articipação Popular e Estado - O movimento de luta por creches em São Paulo*, e pós-doutora em Sociologia pela New School University, em Nova York. É autora de vários livros, entre os quais citamos: *Movimentos sociais e educação* (São Paulo: Cortez Editora, 6ª edição, 2002); *História dos movimentos e lutas sociais* (São Paulo: Loyola, 2001); *Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais* (Petrópolis: Vozes, 2003). Neste ano, lançou, pela Editora Vozes, o livro *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A senhora percebe um novo movimento que indique possíveis mudanças nos movimentos sociais brasileiros? Que novidade seria essa?

Maria da Glória Gohn - Na atualidade, os movimentos sociais são distintos dos ocorridos do final da década de 1970 e parte dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora alguns dos atuais movimentos ou quadros de suas assessorias sejam herdeiros daqueles dos anos de 1980. Naquelas décadas, os movimentos lutavam para ter "direito a ter direitos". Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, observamos que aqueles movimentos não estavam autocentrados. Embora não tivessem ainda a circulação em espaço nacionais e transnacionais que têm hoje, eles não eram voltados apenas para si próprios, olhavam para o outro -, até para poder construírem a própria identidade, segundo o efeito do espelho, como diria Lacan[1], miravam-se no outro (os).

1 **Jacques Lacan** (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas este é apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da Revista **IHU On-Line**, de 04-08-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1217878435.7423pdf.pdf. Sobre Lacan, confira, ainda, as seguintes edições da revista **IHU On-Line**, produzidas tendo em vista o **Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer "não cedas de teu desejo"? [ne cède pas sur ton désir]?**, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-06-2009, intitulada *Desejo e violência*, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/

O novo milênio apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória. O Estado alterou sua forma de relação com o setor social. De um lado, significa reconhecimento social, especialmente de identidades culturais reivindicadas pelos movimentos; de outro, passou a haver um maior controle social - de cima para baixo, pois as identidades têm sido formatadas em "políticas de identidades", e não em processos de assegurar "identidades políticas" construídas pelos próprios sujeitos participantes. A mudança na ordem dos termos muda o sentido da ação social. As políticas públicas passaram a ser eixo estruturante das ações coletivas, organizadas sob um leque de temáticas com formas variadas. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram mais condições de organização, tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, eles perderam muito sua autonomia e consequentemente, sua força política, por diferentes razões. Alguns se transformaram em ONGs ou estruturas de gestão das políticas públicas. Outros ficaram na resistência, meio que congelados, produzindo esporadicamente eventos de efeitos midiáticos, efeitos que ocupam as pautas das manchetes da mídia e morrem com o fim do evento, sem repercussão no atendimento de suas demandas, ou alteração em suas práticas, ou nas ações e diretrizes de seus opositores.

IHU On-Line - Se a senhora escrevesse hoje a obra *Teoria dos movimentos sociais*, escrita em 1997, o que mudaria?

Maria da Glória Gohn - Nada. Apenas faria uma de novas teorias - que já foi feita em 2008 quando publiquei o livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (São Paulo: Loyola, 2008); já saiu a 2ª Ed. em 2009. Em 2010, sairá a 8ª edição do livro *Teorias dos Movimentos Sociais* e a novidade é a atualização de seu anexo, incorporando nova listagem das lutas e movimentos sociais de 1997 até 2010. A análise e desenvolvimento dos movimentos lá listados, entre 2000-2010, estão em outro livro meu, recém lançado em 2010, pela Editora Vozes, denominado *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo*. Nele apresento um mapeamento dos principais eixos temáticos que têm aglutinado as ações coletivas, em movimentos sociais, redes, fóruns, conselhos, colegiados, conferências etc. na atualidade. Faço também reflexões sobre a relação dos movimentos sociais com as políticas de parceria com o Estado - ou com os governos constituídos.

> "Alternativas sempre são bem-vindas, desde que as ações coletivas provenham de setores da sociedade civil organizada que busquem soluções para problemas coletivos, e não de grupos de interesses específicos. Os Fóruns usualmente são uma destas inovações"

IHU On-Line - Quais os riscos da homogeneização dos movimentos sociais? É hora de a sociedade civil pensar em alternativas de luta que não sejam mais movimentos em grupo?

Maria da Glória Gohn - Um dos grandes problemas dos movimentos sociais (movimentos mesmo, não ações coletivas estruturadas em organizações, associações etc.), são as divergências. Eles sempre foram heterogêneos, isto é bom e democrático. Mas as divergências demarcadas por diferenças político-ideológicas os dividem segundo o espectro político do país. Isto dificulta ações coletivas com maior densidade. Portanto, não vejo a homogeneização citada na pergunta acima. Vejo que os atuais movimentos são extremamente diferenciados entre si, segundo o tipo e grau de organização, demandas, articulações, projeto político, trajetória histórica, experiências vivenciadas - principalmente no plano político-organizativo, assim como quanto sua abrangência territorial.

Enquanto houver injustiças sociais e desigualdades socioeconômicas, haverá movimentos sociais. Certamente que há analistas que preconizam seu fim ou desenham em sonhos, modelos alternativos. Alternativas sempre são bem-vindas, desde que as ações coletivas provenham de setores da sociedade civil organizada que busquem soluções para problemas coletivos, e não de grupos de interesses específicos. Os Fóruns usualmente são uma destas inovações. As Conferências nacionais já são de outra matriz estruturante, institucionalizadas. Nos últimos anos, impera um certo modismo que tenta se desvencilhar de imagens movimentalistas dos anos 80 e construir novas representações sobre as ações civis, agora tidas como ativas e propositivas, atuando segundo formas modernas de ação coletiva, expressas em discursos como "articular-se em redes como exigência para sobrevivência". Muitas vezes, são outras ações coletivas institucionalizadas, não movimentos sociais. Seus participantes são ativistas recrutados para a participação em projetos e programas sociais ou usuários de políticas públicas - sob certas condicionalidades. O que tem diminuído são movimentos sociais compostos por militantes motivados por causas e projetos coletivos de vida, e não apenas por interesses individuais.

Leia Mais...

>> Maria da Glória Gohn já concedeu entrevista à **IHU On-Line**. Acesse o material na página eletrônica www.ihu.unisinos.br.

• *"Não são apenas os 'sem' que protestam, os 'com' estão ameaçados"*. Entrevista publicada na edição *Os movimentos sociais no Brasil: novos atores sociais?*, número 70, de 11-8-2003. Acesse no link http://migre.me/x1Ut.

edicoes/1245697518.4536pdf.pdf e 303, e edição 303, de 10-08-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer "não cedas de teu desejo"?*, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1249936179.2884pdf.pdf. (Nota da **IHU On-Line**)

A retomada do comunitarismo na vida social

Para Ivo Poletto, movimentos sociais são expressão da vida democrática. Se a democracia é de "fachada", maior a dificuldade de ação, assegura

Por Patricia Fachin

"Os movimentos sociais partilham da crise que perpassa toda a sociedade brasileira, inclusive os intelectuais e parte do funcionalismo público: a crise em relação ao sentido da democracia", aponta o cientista social Ivo Poletto, à **IHU On-Line**. Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, ele reflete sobre a trajetória dos movimentos sociais e a atuação deles diante da atual conjuntura. A novidade, segundo Poletto, "é a emergência da consciência e de objetivos ecológicos nos movimentos recentes". Os desafios postos pelas mudanças climáticas, acredita, podem significar a retomada do ideário comunitário, o qual, para Poletto, "continua válido e necessário". "A consciência que levará a revalorizar a comunidade de vida será nova. Ela deverá estar assentada sobre a necessidade de recriar as relações com a Terra, assumindo que os humanos são parte dela e que só podem Bem Viver se ela estiver viva e for fonte permanente de vida", frisa.

Ivo Poletto é filósofo, teólogo, educador popular e assessor de pastorais e movimentos sociais. Trabalhou durante os dois primeiros anos do governo Lula como assessor do Programa Fome Zero e foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra - CPT. É autor de, entre outros, *Brasil, oportunidades perdidas - Meus dois anos no governo Lula* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Os movimentos sociais estão em crise ou não? Que fatores indicam isso? Como o senhor descreve o atual momento dos movimentos sociais?

Ivo Poletto - É difícil dar uma resposta a estas perguntas. Em primeiro lugar, porque um dos fatores que estariam na raiz de sua crise, segundo alguns estudiosos, a saber: a eleição e o governo Lula, deve ser bem analisado para não cometer injustiças com os movimentos sociais. Na sua origem, a eleição de Lula foi uma vitória histórica dos movimentos sociais; não se pode negar que foram eles, e talvez mais do que o próprio PT, que tornaram possível este acontecimento que renova a história política brasileira. Sem sua mobilização social e seu estímulo à desobediência popular ao "maior partido conservador", a grande mídia, teria a maioria da população superado sua tendência conservadora e votado num "brasileiro qualquer" – pobre, nordestino, operário, quase analfabeto, que vem das esquerdas, que não sabe falar corretamente, que não tem experiência de governo, e tantas outras desqualificações – para o cargo de Presidente da República?

Lula e os movimentos sociais

Sou do parecer que a eleição de Lula foi fruto da decisão livre da cidadania, mobilizada politicamente, em boa medida, pelos movimentos sociais urbanos e rurais, incluindo aqui também a ação das pastorais sociais. Tanto que, em minha compreensão dos fatos, não era necessária a "Carta ao Povo Brasileiro" para vencer as eleições; ela foi importante para derrubar barreiras no meio empresarial e para o que o "núcleo duro" transformou o governo Lula: um governo de mediação entre as classes e setores sociais, servindo mais, muito mais, às classes economicamente dominantes para evitar conflitos; um governo que assenta a governabilidade na aliança por cima, nas instituições estatais, esquecendo ou preferindo não governar com a maioria da cidadania que o elegera para realizar mudanças profundas na sociedade brasileira, novamente para evitar conflitos.

Diante de um governo que se torna a alavanca para o grande capital "nacional", firmar-se internacionalmente em ser o principal agente e beneficiário do neodesenvolvimentismo, e que, ao mesmo tempo, implementa políticas sociais muito melhores do que os governos anteriores – sem mudanças estruturais, e talvez para evitá-las, pois causariam conflitos -, como devem agir os movimentos sociais?

Crítica dos movimentos sociais

Esse é o "caldo político" em que vivem e atuam os movimentos sociais. Não é estranho, então, que quase todos eles sejam radicalmente críticos em relação aos grandes projetos do PAC, mas, ao mesmo tempo, sejam

críticos em relação às políticas e projetos sociais, sem, contudo, deixar de reconhecer que trazem novidades e podem ser pontos de partida para avanços na conquista de direitos e na formulação e controle de políticas públicas de maior alcance e qualidade.

Por isso tudo, a crise dos movimentos sociais tem a seguinte base: eles não têm força sociopolítica suficiente para serem ouvidos com seriedade quando criticam os grandes projetos e quando propõem alternativas para um desenvolvimento que não seja mero "crescimento econômico", e sim um verdadeiro desenvolvimento social e humano, com respeito e convivência com o meio ambiente; e não têm força sociopolítica suficiente, igualmente, para exigir que os compromissos assumidos em relação às políticas sociais sejam transformados em práticas, e não abandonados para atender às pressões dos minoritários grupos dominantes.

IHU On-Line - Quais são as maiores dificuldades que os movimentos sociais encontram hoje?

Ivo Poletto - Vejo que os movimentos sociais partilham da crise que perpassa toda a sociedade brasileira, inclusive os intelectuais e parte do funcionalismo público: a crise em relação ao sentido da democracia. Afinal, o governo, uma vez eleito, pode fazer o que quer? A soberania popular pode ou deve controlar os mandatos concedidos? Como? Pode um Congresso Nacional reservar para si o poder de decidir sobre convocação de plebiscitos? A quem cabe decidir sobre projetos que interferem gravemente na vida de povos indígenas e outras comunidades? : a) a grupos técnicos contratados? b) ao governo, mesmo contra a vontade da população atingida? c) ao parecer ou pressão dos grupos econômicos? d) ao poder soberano do povo da região atingida? e) ou ao poder soberano popular nacional, para decidir se realmente a obra é necessária para garantir energia ou se há alternativas menos agressivas ao ambiente da vida?

Como se pode perceber, movimentos sociais são expressão da vida democrática; se a democracia praticada é mais ou menos de fachada, maior ou menor sua dificuldade de ação.

> **"O principal retrocesso é relacionado com o avanço: está no fato de Lula e seu governo não terem possibilitado todo o amadurecimento da consciência e da prática democrática que se tornaram possíveis com sua eleição"**

IHU On-Line - Qual é, em sua opinião, o movimento social mais ativo no país? De que maneira ele consegue se destacar na sociedade?

Ivo Poletto - É necessária uma ponderação inicial: para que não se faça uma avaliação injusta, é preciso verificar, entre outros fatores, a relação entre o movimento e sua base social; ver quanto tempo de existência cada movimento tem; verificar a existência ou não de ambiente favorável à ação sociopolítica que cada movimento mobiliza.

Tomemos dois, três exemplos: o MST, o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis e a ASA – Articulação do Semi-Árido (que mesmo não sendo estruturalmente um movimento social, já conta com mais de 1 milhão e trezentas mil pessoas mobilizadas em favor convivência com o Semi-Árido).

O MST existe desde 1984, e nasceu de muitas iniciativas pré-existentes, mobilizando os Sem-Terra em favor de uma causa que tem longa história; conta com muitos militantes, e assim mesmo vale a pena verificar quanto consegue mobilizar dos milhões que são sua base social. Já o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis tem uma história recente, constituiu-se a partir de relativamente poucas iniciativas anteriores, só a duras penas vai conseguindo romper os preconceitos com que são vistos os moradores de rua; assim mesmo, tem uma razoável relação de representatividade da sua base social.

Com isso, relativiza-se a maior ou menor importância de cada movimento. Pode-se dizer que os catadores/as conseguiram relativamente mais do que os sem-terra, se a avaliação levar em conta os objetivos e as conquistas alcançadas. Da mesma forma, o movimento pela convivência com o Semi-Árido pode ter alcançado mais do que os catadores e sem-terra. Isso não retira mérito, contudo, das avaliações de que, em termos de capacidade de mobilização política, de iniciativas de pressão, de construção de espaços com iniciativas alternativas, o movimento mais expressivo seja o MST – sabendo que a luta pela terra conta também com a força da diversidade de movimentos de luta pela terra existente no Brasil, bem como de sua capacidade de estabelecer alianças.

IHU On-Line - O senhor identifica novos movimentos sociais nos dias de hoje? Quais as características e motivações deles?

Ivo Poletto - Mesmo com a existência e os méritos do MAB – Movimento dos Atingido pelas Barragens, estão nascendo, nos últimos meses, movimentos como o "Xingu Vivo" e o "Tapajós Vivo", apenas para citar dois exemplos. E com enorme capacidade de mobilização. Contra a hidrelétrica Belo Monte, no Xingu, além e até por causa de ampla aliança entre povos indígenas, camponeses e povo da cidade, juntando igrejas, sindicatos e até associações comerciais, está conquistando amplo apoio internacional, ao ponto de contar com a adesão de J. Cameron, diretor do filme de sucesso "Avatar", o que pode ser sinal de uma ampla solidariedade e pressão internacional. Assim mesmo, cederá o teimoso consórcio entre grandes empresas e governo federal? Povos indígenas já avisaram: "não deixaremos as máquinas começarem a obra". O governo tentará evitar este conflito, que

nasce a partir da reação popular, como faz quando é anunciado pelo agronegócio e por outras grandes empresas? Ou envolverá o Exército na obra, como já fez no contestado projeto de Transposição do São Francisco?[1]

Novidade dos movimentos sociais

O que se percebe de novo, talvez, é a emergência da consciência e de objetivos ecológicos nos movimentos recentes. Além disso, como nascem de desafios muito concretos, as forças sociopolíticas mobilizadas são diversificadas; menos com viés de "classe", se desejarmos.

Outra novidade: enfrentando-se com um governo que não criminalizou – mas pouco fez para que não fossem duramente criminalizados – os movimentos sociais, esses movimentos recentes se ressentem de estar combatendo um governo que ajudaram a eleger, e sofrem diante da dureza com que não são ouvidos, ou com a quase inutilidade dos espaços de diálogo; são movimentos que enfrentam ameaças a direitos humanos e da Terra por causa de políticas de desenvolvimento que privilegiam interesses de grandes empresas, seja na implementação da obra como no destino final do produto.

Vale destacar outra novidade: o aprendizado de organização e atuação em rede. Esta é uma prática muito desafiadora, pois mexe com a tradição centralista e diretiva que ainda marca muitas lideranças. Trata-se de aprender a agir com a democracia como um valor, e não como um instrumento, uma tática.

IHU On-Line - Em sua opinião, ao longo de sua trajetória, os movimentos sociais conseguiram construir, ou não, uma institucionalidade pública?
Ivo Poletto - Mais uma vez, a necessidade de matizar a resposta: não resta dúvida que houve avanços na linha de uma nova institucionalização – e, para isso, bastariam ter presente as conquistas das iniciativas e movimentos ligados à superação da miséria e da fome, que hoje já contam até com uma Lei de Segurança Alimentar e Nutricional; e ter presente os avanços do movimento da Economia Solidária, alimentado por um número crescente de iniciativas e redes, que já luta por uma Lei que reconheça e regule a especificidade deste tipo de economia.

> "Estão nascendo, nos últimos meses, movimentos como o 'Xingu Vivo' e o 'Tapajós Vivo', apenas para citar dois exemplos"

Ao mesmo tempo, porém, é necessário ter presente as contradições e limites das instâncias públicas de participação e controle de políticas públicas, os múltiplos Conselhos. Com raras exceções, ainda é muito forte a marca estatal desses Conselhos, e isso favorece sua fragilização em favor das instâncias diretas de governo, e atrapalha os avanços que poderiam ser conquistados pelos movimentos sociais.

IHU On-Line - Muitos movimentos sociais brasileiros se fortaleceram no contexto da Teologia da Libertação dos anos 80. O refluxo da Igreja progressista afetou os movimentos sociais?
Ivo Poletto - É claro que afetou. Mas, talvez, não tanto como aparece em algumas análises. É incrível como se tem facilidade de dizer que "a Igreja abandonou os movimentos sociais". Nada acontece desta forma na história real; os efeitos do refluxo se deram de forma diversificada, e isso dependeu de múltiplos e diferentes fatores.

Não sendo possível fazer uma análise mais factual e completa – que exigiria, além disso, muito mais pesquisa sociológica -, refiro apenas dois exemplos de como nem tudo tem sido negatividade. A Igreja como instituição estava em franco refluxo nos anos 90 do século passado e no início do século XXI, também no Brasil. Assim mesmo, as pastorais sociais, com relativa autonomia, organizaram as Semanas Sociais Brasileiras, e delas nasceram iniciativas sociais muito significativas. Por exemplo, da 2ª Semana Social nasceu a Campanha da Fraternidade sobre Exclusão Social, e desta nasceu o Grito dos Excluídos; da 3ª Semana renasceu o enfrentamento político da Divida Pública, externa e interna, e foi para organizar o primeiro plebiscito popular, e sobre a dívida externa, que surgiu a Rede Jubileu, que, depois, firmou-se na América, na África e Ásia como Rede Jubileu Sul; foi a Rede Jubileu que articulou e organizou o Plebiscito sobre a ALCA e Alcântara, bem como, mais tarde, o Plebiscito sobre a Vale do Rio Doce; da 4ª Semana Social, com sua temática de Articulação da Forças Sociais – Mutirão por um Novo Brasil, nasceu, mas ainda está em processo de consolidação, a Assembleia Popular, uma articulação de forças sociais em torno da elaboração e conquista do Brasil que queremos.

Em outras palavras, é claro que, para ser fiel a Jesus de Nazaré, a Igreja deveria ser mais profética, mais comprometida com os pobres em suas lutas por libertação; da mesma forma, a reflexão teológica deveria ter mais continuidade da Teologia da Libertação, que é um caminho latino-americano de reflexão sobre a fidelidade ao seguimento de Jesus. Mas não se pode dizer que a teologia da libertação deixou de existir e que a Igreja, especialmente a progressista – se é que essa classificação se sustenta sociologicamente -, tenham pura e simplesmente deixado de estar presentes e de gerar, junto com setores excluídos, novos caminhos de libertação. Houve refluxo, mas houve também continuidade, de modo especial através do compromisso e da teimosa fidelidade de cristãos e cristãs das comunidades, muitas vezes, sem apoio ou até combatidos por membros do clero.

IHU On-Line - Como o senhor vê hoje as Pastorais Sociais? Encontram-se em crise ou ainda desempenham um papel importante junto à sociedade?
Ivo Poletto - Já destaquei alguns sinais de que continuam contribuindo

1 Sobre o tema, leia o **Cadernos IHU em formação** número 28, de 2008, intitulado *A transposição do Rio São Francisco em debate*, disponível para download em http://bit.ly/cMuOnt (Nota da **IHU On-Line**)

com o amplo movimento popular de libertação. Ainda, recentemente, elas estão dando uma nova contribuição: colocando a temática desafiadora das mudanças climáticas, provocadas pelo aquecimento global, como "prioridade transversal", isto é, fazendo que todas as ações promovidas tenham presente a dimensão ecológica, definindo em quê e como podem contribuir para enfrentar esta nova e desafiadora problemática. E já conseguiram que o tema da Campanha da Fraternidade de 2011 seja "A Vida no Planeta", com o seguinte lema: "a Terra sofre em dores de parto".

Isso não significa que elas não vivam crises, tanto organizativas como de missão. Seria estranho que passassem imunes pela crise civilizacional vivida pela humanidade. Mas, pelo que conheço, há um cuidado e um esforço permanente para possibilitar uma reflexão crítica que ajude a enfrentar as dificuldades que surgem e para redefinir, com fidelidade e criatividade, sua missão na realidade atual.

IHU On-Line - O ideário comunitário que deu origem à Comissão Pastoral da Terra e que, por sua vez, motivou a formação de diversos movimentos sociais no país, ainda é suficiente e se sustenta nos dias de hoje?

Ivo Poletto - É bom ter presente que, na origem da CPT, esteve o ideário comunitário, sim, mas também fez parte de sua origem o conflito pela terra, que atingia particularmente os posseiros, e a ação repressiva da ditadura sobre qualquer trabalho de educação popular, e particularmente sobre a pastoral popular que crescia em diferentes regiões do país. Por isso, é bom ter cuidado quando se faz alguma comparação com aquela situação e a de hoje.

Dito isso, quero introduzir um ponto que está apenas em fase de brotação nas pastorais sociais e nos movimentos populares. É o seguinte: muito provavelmente, uma das características das saídas para o desafio das mudanças climáticas, originadas no aquecimento provocado pela ação humana para manter o tipo de produção e de consumo com crescimento sem fim que foi se tornando regra geral, será a retomada da vida comunitária, a ser organizada em cada território. Não será a comunidade de outros tempos, é claro, mesmo se contará com a riqueza das experiências dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que preservaram por milênios e séculos valores assentados na vida comunitária. A consciência que levará a revalorizar a comunidade de vida será nova. Ela deverá estar assentada sobre a necessidade de recriar as relações com a Terra, assumindo que os humanos são parte dela e que só podem Bem Viver se ela estiver viva e for fonte permanente de vida; e sobre a necessidade de recriar a prática econômica e de intercâmbio de bens e serviços, reduzindo ao máximo o consumo de tudo que provoca aquecimento pela contaminação da atmosfera. Em outras palavras, a busca da comunidade será a via para superar a civilização do consumismo, criando novas formas de sermos humanos.

Nessa perspectiva, pode estar no bom caminho a quase prioridade dada por algumas CPTs regionais às comunidades tradicionais, seus valores e seu questionamento do direito estatal, centrado na defesa da propriedade privada e do livre mercado. A luta pela terra também não se esgota na conquista pura e simples da redistribuição da terra; ela deverá ser caminho para repensar o cultivo da terra, o tipo de produção e de comercialização, que será tanto mais possível quanto mais cooperativo for o trabalho e mais comunitária a convivência.

Com outros sentidos, respondendo a outros desafios, o ideário comunitário continua válido e necessário. Creio até que a CPT precisará avançar nesta consciência, de tal forma que seja fermento de novas práticas e profecia do sentido da comunidade para a construção da nova civilização, indispensável para que a Terra recupere seu equilíbrio e continue a acolher a humanidade nela.

IHU On-Line - Na sua avaliação, qual é o principal avanço e o principal retrocesso deixado pelo governo Lula nesses 8 anos de mandato sob a perspectiva do movimento social?

Ivo Poletto - Em boa medida, já elenquei alguns elementos de resposta na primeira pergunta. Mas vale avançar um pouco mais. O principal avanço está no fato de que ninguém mais poderá dizer que uma ou um brasileiro simples não pode ser presidente da República. Todos podem ser presidente; podem, então, assumir outras responsabilidades públicas. A guerra dos grandes meios de comunicação contra isso não será vitoriosa; pelo contrário, pode até ir minando sua credibilidade, pois vai revelando seu caráter antipopular, antidemocrático, elitista.

O principal retrocesso é relacionado com o avanço: está no fato de Lula e seu governo não terem possibilitado todo o amadurecimento da consciência e da prática democrática que se tornaram possíveis com sua eleição. São referidas muitas desculpas, muitas indicações de impossibilidade, muitas justificações para o "realismo" da política do possível. Podem ter elementos de realidade, mas não consigo convencer-me que não foram criadas condições para maiores avanços na prática governamental verdadeiramente democrática. Povos vizinhos, como a Bolívia e o Equador, são prova de que é possível, desde que isso seja vontade do governante eleito e do seu grupo de governo; isto é, desde que o governante "governe obedecendo" seu povo, evitando deixar-se enredar pelas elites que construíram o Estado e ainda o controlam a serviço de seus interesses, só deixando ao povo os restos do banquete. As condições políticas para isso eram muito mais positivas no Brasil do que no Equador, por exemplo; contudo, lá, Rafael Correa abriu caminhos de refundação do Estado com sua aliança com a cidadania, enquanto aqui, a opção foi conservadora: aliar-se aos de sempre e, com isso, terminando por governar sem ter conflitos com eles, limitando imensamente os passos de renovação da sociedade brasileira.

IHU On-Line - Que futuro vislumbra para os movimentos sociais depois das eleições? A relação entre movimento social e Estado tende a mudar?

Ivo Poletto - Há uma frase, repetida nos espaços da Assembleia Popular, que também vive suas crises, que me parece indicar o melhor rumo a ser seguido pelos movimentos sociais: "em outubro, nosso candidato é o projeto popular". Isso significa que não se deverá repetir o equívoco anterior, a saber: apostar todas as fichas em eleições, num partido, num candidato. A prática ensinou que, se não crescer a capacidade sociopolítica dos movimentos sociais, pode-se perder a disputa pela orientação política do governo eleito.

Então, o caminho a ser seguido, e que pode ser permanente e autonomamente definido, é o reforço dos movimentos sociais, aprofundando seu enraizamento em sua base social; capacitando com consciência crítica mais lideranças; avançando na capacidade de trabalhar em rede; articulando-se para ser expressão democratizante do poder popular; democratizando as relações no interior dos movimentos, redes e articulações, para democratizar o Estado através da mobilização política da sociedade brasileira.

É claro que a opção concreta de voto passa pelo confronto entre cada candidato, e seu programa de governo (se tiver), com o projeto popular, verificando quem pode contribuir com avanços e quem apostaria em menos democracia em todas as dimensões da vida e da convivência social e ambiental. Por outro lado, a partir das eleições, desde o primeiro momento, o compromisso é com o projeto popular, e não com o governante; ele deverá ser chamado a obedecer ao seu povo, e não a substituí-lo ou impor a sua vontade.

Leia Mais...

>> Poletto já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line.** Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

• *O novo está no fato de reconhecer a Terra como um ser vivo*. Entrevista publicada em 2-2-2009 e disponível no link http://migre.me/wvV7;
• *As contradições da transposição do Rio São Francisco e a palavra forte e profética de D. Cappio*. Entrevista publicada em 22-1-2008 e disponível no link http://migre.me/wvWE;
• *Amazônia e seu povo. Propostas e práticas de convivência com este bioma*. Entrevista publicada em 1-4-2007 e disponível no link http://migre.me/wvXV.

A fragilização do imaginário da transformação social

Para Silvio Caccia Bava, os movimentos sociais estão fragmentados e têm dificuldade de defender propostas de transformação social

Por Patricia Fachin

Na avaliação do sociólogo Silvio Caccia Bava, durante a gestão do presidente Lula, a participação de representantes de alguns movimentos sociais no governo gerou uma confusão no sentido de não diferenciar o que são movimentos sociais e o que é governo. "De repente, havia lideranças do lado da sociedade civil fazendo pressão sobre o governo, e, no dia seguinte, elas são as autoridades sobre as quais se faz a pressão", menciona.

Na entrevista que segue, concedida, por telefone, para a **IHU On-Line**, o coordenador geral do Instituto Pólis frisa que essa relação "criou uma promiscuidade e uma dificuldade de compreensão dos diferentes papéis, o que contribuiu muito para desarticular a capacidade de pressão dos movimentos sociais". Para ele, a sociedade está perdendo o "imaginário de transformação social" e, com isso, não se discutem mais projetos de mudanças. Nesse contexto, assegura, os movimentos sociais estão fragmentados e também encontram "dificuldade de defender propostas de transformação social".

Silvio menciona ainda que os movimentos sociais precisam "resgatar o imaginário de que Brasil queremos ter para as próximas gerações". Para que os avanços sejam significativos no futuro, ele lembra também que os movimentos dependem do apoio da sociedade. "A legitimidade, a credibilidade e o peso que eles possam ter nas suas negociações vêm do respaldo que os cidadãos possam dar".

Caccia Bava é graduado em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, com a dissertação *Práticas cotidianas e movimentos sociais: elementos para reconstituição de um objeto de estudo*. É também editor do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Pesquisador no Instituto Pólis, trabalha temas sobre o desenvolvimento local e do território, a gestão democrática, a avaliação de políticas públicas, a relação dos movimentos sociais com os governos locais, processos de descentralização e participação. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que mudanças caracterizam os movimentos sociais ao longo dos anos? O senhor percebe alguma novidade em torno dos movimentos?
Silvio Caccia Bava - Vou tomar como marco para essa discussão o governo Lula. No início de 2003, houve uma certa euforia por parte dos movimentos no sentido de dizer "agora estamos lá", porque Lula era compreendido como uma representação dos próprios movimentos que chegava ao governo. Essa é uma questão muito curiosa. Quando Lula assume o gover-

no, ele chama um conjunto importante de lideranças desses movimentos para dentro do governo. O Ministro do Trabalho acaba sendo o ex-presidente da CUT; lideranças do movimento camponês acabam participando do governo também. Acho que é uma expectativa perfeitamente compreensível. Há uma expectativa por parte dos movimentos de que eles venham a participar do processo de formulação das políticas, dos próprios cargos públicos.

Acontece que isso gera uma confusão enorme, não se tem mais uma clara diferença do que é movimento e do que é governo. De repente, lideranças que, na sociedade civil, estavam fazendo pressão sobre o governo, no dia seguinte, elas são as autoridades sobre as quais se faz a pressão. Então, isso criou uma promiscuidade e uma dificuldade de compreensão dos diferentes papéis, o que contribuiu muito para desarticular a capacidade de pressão dos movimentos sociais.

Por outro lado, o governo Lula também criou muitos espaços de consultas, conferências, conselhos, secretarias especiais sobre a questão racial, da mulher, entre outras. Esses foram espaços onde as lideranças da sociedade civil e os movimentos se fizeram representar; atuam, mas não têm um poder deliberativo. São instâncias consultivas que encaminham suas proposições ao governo, que as assume se esse entender que é conveniente.

Então, eu diria que o mundo se tornou mais complexo do que era antes. Essa pode parecer uma frase jogada solta, mas não existe mais só o Estado sobre o qual o movimento social faz pressão, existe um Estado onde o próprio movimento está dentro, se reconhece lá, espera mudanças, aposta nelas, mas elas não estão ocorrendo.

Percebo uma espécie de fragmentação dos movimentos. Há uma dificuldade de defender propostas de transformação social. Mesmo movimentos sociais como o MST - que tem continuado a desenvolver essa capacidade de pressão, mas também negocia, tem algum financiamento para os assentamentos, mas continua fazendo as ocupações. Mesmo o MST não foi capaz de se contrapor à força do agronegócio,

“Não existe mais só o Estado sobre o qual o movimento social faz pressão, existe um Estado onde o próprio movimento está dentro, se reconhece lá, espera mudanças, aposta nelas, mas elas não estão ocorrendo”

que acabou paralisando o projeto da reforma agrária. Então, temos também, dentro do MST, uma fragilização grande nesse sentido, de que as grandes aspirações por transformações sociais foram se reduzindo e, hoje, praticamente, a reforma agrária está paralisada. O que temos são as políticas de transferência de renda e políticas sociais sendo estendidas para os assentamentos.

IHU On-Line – Os movimentos conseguiram uma ocupação progressiva de espaços na sociedade civil?

Silvio Caccia Bava – Conseguiram. O Fórum Nacional da Reforma Urbana, por exemplo, reúne movimentos de moradia, ONGs, sindicatos de profissionais como os de saneamento básico, institutos de arquitetos, engenheiros. Houve um momento em que ele reuniu, inclusive, movimentos de favelas em alguns lugares como no Rio de Janeiro. Esse Fórum teve um papel importante na criação do capítulo de política urbana da nova Constituição Brasileira de 1988; ele também foi fundamental na elaboração do Estatuto da Cidade[1], ou seja, dessa lei normativa geral que busca transformar as cidades no sentido de inibir a especulação imobiliária, de usar a cidade como mercadoria e fazer prevalecer o valor social dos bens públicos; impulsionou a ideia de que todos os municípios devem ter planos diretores que estejam comprometidos com a redução da desigualdade, com a inclusão social e política dos mais pobres; desenvolveu mecanismos de participação importantes, como o próprio sistema das cidades que tem os conselhos municipais, estaduais, nacional, as conferências - o próprio fundo de habitação de interesse social é uma bandeira desse movimento também. Então, se formos observar, num período de 20 anos, o impacto desse movimento sobre as políticas urbanas é enorme no sentido da construção de uma nova institucionalidade, mas muito reduzido no que diz respeito ao resultado das políticas urbanas formuladas pelo governo.

Tudo isso é verdade, houve grandes conquistas, mas é preciso observar que ocorreram situações onde estas conquistas não foram levadas em consideração. Com o programa Minha Casa, Minha Vida aconteceu algo curioso: todas essas estruturas de participação, de conselhos, instâncias e o próprio Ministério das Cidades não participaram da elaboração desse projeto de um milhão de casas populares. Isso foi feito por outro caminho, sem considerar essas institucionalidades que incluíam a participação cidadã. *Quer dizer, existe uma capacidade evidente de pressão e um interesse dessa sociedade organizada em influir nas políticas públicas.*

Se avaliarmos o impacto dessa participação, primeiro temos de avaliá-la num horizonte de tempo maior. Não dá para falar se a participação mudou alguma coisa em dois anos. Outra questão a ser considerada é que isso não está tocando na questão da desigualdade, então, essa participação dos movimentos sociais acaba tendo seus limites.

IHU On-Line - O ideário comunitário que deu origem à Comissão Pastoral da Terra e que, por sua vez, motivou a formação de diversos movimentos sociais no país, ainda é suficiente e se sustenta nos dias de hoje?

Silvio Caccia Bava – Acho que não. Outro dia, estávamos conversando, no

1 O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira. A União regulamentou as disposições constitucionais acerca de desenvolvimento urbano com base em competência prevista na própria constituição. (Nota da **IHU On-Line**)

Instituto Pólis, sobre que o que mais perdemos, de uma maneira significativa, é esse imaginário da transformação social. Quer dizer, mesmo na época da ditadura, a Teologia da Libertação[2] pregava um outro mundo melhor, ainda que nem explicasse como. E esse imaginário mobilizava as energias de muitos milhares de pessoas. Hoje em dia, o nosso imaginário parece ser mais o do consumismo, todo mundo quer ter o seu carro porque é possível financiar. Ninguém está falando em transformação da sociedade e, aparentemente, todos estão contentes. Os mais pobres estão contentes com o governo Lula; os mais ricos também. A democracia funciona, é participativa e o presidente tem 83% de preferência nacional. Essa é uma situação bastante complicada porque, se essa preferência e essa adesão tivessem um correspondente em termos de redução da desigualdade, aí estaria tudo perfeito. Mas o que está acontecendo hoje é mais ou menos o seguinte: todos os programas sociais correspondem a 0,5% do PIB brasileiro, enquanto a taxa de juros promove uma transferência da ordem de 5 a 8% do PIB anual para as 20 mil famílias mais ricas. Percebemos com isso que os mecanismos de desigualdade se aprofundam, ainda que haja uma melhora efetiva na condição de vida de todo mundo. Esse é um dilema que precisamos analisar.

IHU On-Line – Mas o comunitarismo ainda serve como base democrática?
Silvio Caccia Bava – Depende do que se entende por comunitarismo. O fundamento de uma prática solidária, cooperativa, de desenvolvimento do próprio território tem de continuar valendo. O que não dá para pensar é que as soluções sejam possíveis a nível das pequenas comunidades.

IHU On-Line - Como os movimentos sociais atuam em relação à universalização dos direitos?
Silvio Caccia Bava – Se tomar pela raiz a questão da universalização de direitos, nós não temos nenhuma universalização de direitos no Brasil. O salário mínimo deveria ser quase de 2 mil reais. A cobertura de saúde e da previdência deixa a desejar, temos milhões de analfabetos, quase 10% da população. Quer dizer, entre o marco legal que afirma o direito e a sua efetividade, há uma enorme distância. Universalização de direitos significa um investimento maciço em políticas sociais. Para isso, é preciso ter recursos e para ter recursos é preciso fazer uma reforma tributária. Se essa reforma tributária, que, teoricamente, tem de tributar quem têm mais, para beneficiar quem têm menos, não ocorre, não há recursos para implementar a universalização das políticas sociais. Então, isso é um círculo vicioso. O que temos é um aumento do gasto social, que é progressivo, mas lento.

> **"Temos uma sociedade sofrida, lamentando suas perdas, mas não estamos vendo atores que, de uma maneira contundente, venham exigir explicações e políticas da parte do governo da cidade do Rio de Janeiro e do Estado"**

Se conseguíssemos exercer um controle social mais efetivo sobre os recursos já disponíveis, melhoraria muito a qualidade dos serviços. Vou citar um caso: Em Maringá, no Paraná, a população se revoltou com a corrupção do governo municipal e criou uma comissão que contava com a participação da associação comercial, a maçonaria, igrejas, sindicatos, e passaram a fiscalizar as licitações públicas. Em dois anos, eles foram capazes de dobrar a capacidade de investimento da prefeitura de Maringá. Esse evento já foi adotado em mais de 40 cidades, mostrando que é possível, sim, enfrentar essa questão da universalização dos direitos, da melhoria, da extensão das políticas. Esse é um exercício contínuo de controle social, que demanda muito esforço da sociedade civil e das entidades que impulsionam esse tipo de fiscalização.

IHU On-Line - Quais são, em sua opinião, as perspectivas dos movimentos sociais brasileiros hoje? Como o senhor vê essas perspectivas?
Silvio Caccia Bava – Acho complicada essa discussão. Os movimentos sociais são, na verdade, manifestações da sociedade civil, não são movimentos estruturados e permanentes. Estruturados e permanentes são as associações, as entidades, as redes, os fóruns. O movimento acontece e depois deixa de existir. Neste momento, estamos vivendo uma promiscuidade entre os movimentos sociais e estas instâncias de governo que envolvem a participação, que priorizaram a negociação nesses espaços ao invés das formas tradicionais de pressão dos movimentos sociais: gente na rua, mobilizações, denúncias. Se continuarmos dentro desse quadro político no próximo mandato presidencial, possivelmente continuaremos tendo essa ambiguidade e fragmentação que os movimentos sociais apresentam hoje.

Teremos uma baixa capacidade da sociedade civil exigir os seus direitos. Se o quadro eleitoral mudar, pode haver também uma mudança forte na própria lógica dos movimentos porque, certamente, em um governo que não represente continuidade, todas essas lideranças sociais voltam para a sociedade civil. Então, o movimento é uma relação de processar conflitos e demandas. De um lado, pessoas exigem direitos e, de outro, instâncias públicas tentam responder a isso, ou não. Justamente esse jogo de processar demandas e conflitos é importante, é aí que está o núcleo da democracia. Democracia é como se processa o conflito de uma maneira negociada numa sociedade. Mas, para isso, é preciso ter saldos de ganho da parte de quem está demandando porque, do contrário, se desacredita no processo de negociação.

Hoje, o que estamos vendo é que os benefícios que os mais pobres estão tendo não estão passando por resoluções de negociações de conflitos; estão

2 Sobre o tema, leia a revista **IHU On-Line** número 214, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da Libertação*, disponível em http://bit.ly/cNYcUZ (Nota da **IHU On-Line**)

passando por políticas de iniciativa do próprio governo, que faz um cadastramento de pessoas e que trata os movimentos e as entidades de representação coletiva de uma maneira distinta das clientelas das suas políticas.

IHU On-Line – E, dentro desse cenário, quais são as maiores dificuldades que os movimentos sociais enfrentam hoje? E, nesse sentido, quais são seus desafios?

Silvio Caccia Bava – Primeiro, eles precisam resgatar o imaginário de que Brasil queremos ter no futuro. Ninguém luta sem ter um objetivo para alcançar. Nos momentos mais duros, durante a ditadura, por que teve gente que se dispôs, inclusive, a correr risco de vida para procurar transformar o país? Porque acreditava na possibilidade de que esse país fosse diferente, fosse mais solidário, menos desigual, mais sustentável ambientalmente. Enfim, tem todo um conjunto de bandeiras que continuam valendo, ainda mais hoje, com essas questões do aquecimento global. Não tenha dúvida que as chuvas que caíram no Rio de Janeiro e em São Paulo são efeitos do aquecimento global. Esses temas irão ganhar relevância. Mas o fato de terem morrido mais de duzentas pessoas no Rio de Janeiro nos últimos dias não está fazendo a população se mobilizar e pressionar o governo por políticas que façam frente a esse tipo de desastre.

Está havendo um impacto, temos uma sociedade sofrida, lamentando suas perdas, mas não estamos vendo atores que, de uma maneira contundente, venham exigir explicações e políticas da parte do governo. Essa situação vai continuar um pouco assim.

O primeiro passo é construir um futuro desejado, um imaginário que se possa perseguir. E traduzir isso em propostas concretas como fundos públicos para financiar políticas sociais é um outro passo importante. Conseguimos isso na mobilização em defesa do fundo de habitação de interesse social, do sistema de cidades, quer dizer, o movimento acabou pressionando e criou o fundo, mas o dinheiro do PAC da moradia não chega ao fundo. Então, é mais complexo. Eu diria que as conquistas das novas institucionalidades democráticas são

> **"Protestar ou demandar direitos hoje é qualificado pela grande imprensa como um crime"**

um passo importante, mas a capacidade de usar efetivamente dessas novas institucionalidades, que implicam em maior controle social, se contrapõe a interesses, por exemplo, da lógica do mercado imobiliário, que não quer se submeter a esse controle. Aí, existem atores muito fortes dentro do Congresso: lobbys, bancadas. Isso torna esse jogo mais complexo porque o governo também não governa sem conseguir passar seus projetos no Congresso. Então, não se pode pensar movimentos sociais como uma coisa à parte da sociedade. Na sociedade, temos poderosos interesses econômicos e privados, que olham para as cidades e o país como um negócio, e não estão muito interessados na universalização dos direitos.

IHU On-Line – Como percebe a articulação nacional dos movimentos sociais?

Silvio Caccia Bava – Os movimentos sociais dependem muito do apoio da sociedade como um todo, da opinião pública. A legitimidade, a credibilidade e o peso que eles possam ter nas suas negociações vêm do respaldo que os cidadãos possam dar a esses movimentos. Um dos grandes desafios dos movimentos sociais hoje é ampliar a sua prática para além dos seus próprios grupos, encontrar-se com a população na rua, divulgar suas bandeiras, explicar o porquê das reivindicações e buscar essa solidariedade da sociedade.

Estamos vivendo uma criminalização dos movimentos sociais, desde o MST até os movimentos de ocupação de moradia no centro da cidade de São Paulo. Quer dizer, protestar ou demandar direitos hoje é qualificado pela grande imprensa como um crime. E essa criminalização visa justamente ao isolamento desses movimentos e a minar a legitimidade que eles podem ter do conjunto da população. Então, é uma disputa diante da opinião pública.

Veja a CPI das ONGs. O IBGE fez um censo em que identificou mais de 380 mil ONGs. Dentro desse grupo, estão organizações religiosas, hospitais privados e universidades, que, por definição, são entidades sem fins lucrativos. Imagine, então, o poder desse conjunto de universidades privadas, hospitais e igrejas para influenciar nas políticas de governo. O grupo de entidades, que também chamo de ONGs, mas que se constituíram e existem para se mobilizar pela defesa de direitos, é muito pequeno; talvez não passe de três ou quatro mil entidades no Brasil inteiro. Esse grupo é o nosso grupo, que está muito fragilizado porque a cooperação internacional, que financiava essas entidades, está se retirando do Brasil.

Há uma articulação entre entidades de defesa de direitos e movimentos sociais. Se os movimentos sociais não vão bem, essas instituições também não vão bem. Então, em termos de futuro imediato, diria que estamos numa situação difícil, onde os movimentos não conseguem expressar as suas demandas, onde a universalização de direitos não está assegurada, ao contrário, é previsível que se mantenha crescente a desigualdade. Não é um cenário muito animador, mas posso dizer também, para não ficar num cenário tão ruim, que a perspectiva de ir melhorando aos pouquinhos a situação do brasileiro continua existindo e está acontecendo. Os mais pobres de fato têm uma situação melhor, mas é preciso também deixar claro que essa discussão sobre esse surgimento da nova classe média é uma coisa relativa, quem vive com mais de R$ 600,00 por mês faz parte dos 25% mais ricos da população.

IHU On-Line - Qual é o movimento social mais ativo no país? É possível falar no surgimento de movimentos sociais?

Silvio Caccia Bava – Continuo achando que o movimento mais representativo é o MST. Ele tem uma função muito importante porque a concentração de terra que a monocultura e o agronegócio produzem está expulsando pessoas de suas unidades familiares produtivas

"O MST trabalha com a noção da agroecologia, não aceita a utilização do agrotóxico, busca fortalecer a unidade produtiva familiar, que é o que gera emprego nesse país. Ele tem um papel de integração, coesão e inclusão social muito forte"

continuamente. Se esse povo não tivesse a oportunidade de participar de um movimento amplo e ser, de alguma maneira, protegido por esse movimento, o conflito social seria mais violento e caótico. Vejo, não só o MST como o movimento mais importante que organiza pressões, mas como um grupo que busca novos paradigmas. O MST trabalha com a noção da agroecologia, não aceita a utilização do agrotóxico, busca fortalecer a unidade produtiva familiar, que é o que gera emprego nesse país. Ele tem um papel de integração, coesão e inclusão social muito forte. Existem outros movimentos que estão começando a ganhar maior peso, como os quilombolas. Também deveríamos observar outros acontecimentos, embora não tenhamos muitos instrumentos analíticos para ir mais fundo: quando tem uma parada gay, em São Paulo, que junta quatro milhões de pessoas – uma referência mundial -, é de se observar que isso não acontecia há dez anos e deve significar alguma coisa.

Os movimentos tradicionais, como de moradia, de catadores, de mulheres camponesas, estão no quadro em que começamos a nossa conversa, envolvidos com as políticas de governo, beneficiando-se delas e, de alguma maneira, sendo contemplados parcialmente com os resultados dessas políticas.

Movimentos sociais e o pós-Lula

Para o sociólogo Ivo Lesbaupin, o discurso do governo, "que procura se apresentar como 'de esquerda'" "calou fundo em muitos movimentos"

Por Patricia Fachin

A "aparência de governo do povo (...) dificulta o posicionamento dos movimentos sociais". A opinião é do sociólogo Ivo Lesbaupin e foi expressa na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Na avaliação dele, "o governo procura quebrar a combatividade dos movimentos, dividi-los, desmobilizá-los e mantê-los apenas como massa de apoio quando necessário. Conseguiu, em boa parte, seu intento de colocar como limite máximo de utopia as mudanças dentro dos quadros do neoliberalismo".

Para Lesbaupin, os movimentos sociais tiveram sua força reduzida pelo governo. Entretanto, ele percebe uma mobilização autônoma na Assembleia Popular, que é uma articulação de diversos movimentos pastorais e entidades da sociedade. "Foi a única articulação que produziu um projeto de sociedade, distinto do vigente, crítico ao modelo neoliberal ('O Brasil que queremos'). Este tipo de articulação pode crescer, porque vem de encontro aos anseios de muitos que estão insatisfeitos".

Na entrevista que segue, Lesbaupin comentou que o resultado das eleições presidenciais deste ano pode trazer vantagens para os movimentos sociais pelo simples fato de Lula não estar entre os candidatos. Isso garantirá "uma postura mais crítica" e "independente" por parte dos movimentos sociais.

Lesbaupin é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É, também, autor e organizador de diversos livros, entre os quais *Igreja, movimentos populares, política no Brasil* (São Paulo: Loyola, 1983); *As classes populares e os direitos humanos* (Petrópolis: Vozes, 1984); *Igreja: Comunidade e Massa* (São Paulo: Paulinas, 1996); e *O desmonte da nação: balanço do governo FHC* (Petrópolis: Vozes, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - É possível traçar um perfil dos movimentos sociais no Brasil? Que mudanças caracterizam os movimentos sociais hoje?

Ivo Lesbaupin - Penso que, grosso modo, se pode dizer que os anos 80 foram um período de ascensão dos movimentos populares, a partir da mobilização que já ocorre na segunda metade dos anos 70. Temos aí os movimentos urbanos, que cresceram e se tornaram muito fortes, com importantes consequências nas políticas urbanas. O final dos anos 70 é a retomada do movimento operário, silenciado durante dez anos da ditadura (1968-1978): as greves do ABC, da Grande São Paulo, são o detonador deste processo. Os anos 80 verão o crescimento deste movimento reivin-

dicatório que é, ao mesmo tempo, contra a ditadura, pela redemocratização do país. O fim da ditadura é decretado pelo movimento das "Diretas Já", auge de toda esta mobilização. Nos anos 80, temos também o surgimento da CUT, do MST[1], mais ao final, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)[2].

Os anos 90, marcado pelas políticas neoliberais, vão provocar uma reviravolta neste cenário. As mudanças no mundo do trabalho vão gerar um enorme desemprego, que vai atingir seriamente o movimento operário. A mídia, unânime, vai se colocar ao lado das reformas neoliberais. Logo no primeiro ano do governo FHC (1995), uma das categorias mais importantes, os petroleiros, vai ser derrotada depois de um mês de greve. É o tempo das privatizações, do "Estado mínimo", do esforço para revogar a "Era Vargas". Apesar de criminalizado e perseguido, o movimento que mais vai crescer será o MST. Após os massacres de Corumbiara[3] (1995) e de Eldorado dos Carajás[4] (1996), obterá forte apoio, inclusive no meio urbano. A reforma agrária volta a ser um tema importante de debate no país.

Durante o período FHC (1995-2002), embora o movimento operário e sindical tenha dificuldades, embora a mídia contribua para um certo consenso neoliberal, a CUT consegue marcar presença forte na oposição. O MST consegue crescer bastante neste período, em termos de ações e de organização.

IHU On-Line - Como avalia o engajamento político dos movimentos sociais na atual conjuntura? Quais suas dificuldades e limites na relação com o Estado?

Ivo Lesbaupin - Nos últimos anos do governo FHC, a oposição, liderada pelo PT, apoiada pelos movimentos sociais, e a evidente piora das condições de vida e de trabalho (desemprego), possibilitou a vitória do candidato Lula (2002), até então líder das críticas às políticas vigentes. Os movimentos o apoiaram em peso, por uma outra política econômica, pela reivindicação da reforma agrária, por melhores salários, em defesa do funcionalismo, pela demarcação das terras indígenas.

O essencial das mudanças prometidas não veio: a herança maldita foi assumida pelo governo Lula como a única política econômica possível. No entanto, o governo começou a fazer pequenas mudanças, não no essencial, mas em outros aspectos. O governo, com forte apoio mediático nos primeiros tempos, a favor da reforma da previdência, os movimentos sociais ficaram confusos: parte de seus membros criticava a não realização das promessas eleitorais, parte defendia o governo. O esforço de cooptação, especialmente do movimento sindical, teve efeitos. A CUT, pelo menos a maioria de sua direção, alinhou-se com o governo.

As medidas tomadas pelo governo conseguiram reverter o quadro de forte desemprego (as taxas ainda são altas, mas estão caindo), houve aumento real de salário-mínimo, houve investimento na política assistencial. E o discurso do governo, que procura se apresentar como "de esquerda" frente à direita (PSDB, governo FHC) e acentuar o risco de volta da "direita", calou fundo em muitos movimentos.

O governo se apresenta em relação aos movimentos sociais como um governo de diálogo, que recebe suas lideranças como um governo participativo, aberto às conferências. Sem dúvida, há muito mais conferências neste governo do que no anterior, mas da participação à decisão política há uma grande distância, e o governo cede apenas o que quer. Nem com a crise econômica internacional, consequência direta do neoliberalismo dominante, o governo se dispôs a mudar a política econômica: isto não está em discussão. O exemplo mais recente é o PNDH III[5] que, sob pressão dos setores mais conservadores, tem obtido (até agora, pelo menos) o recuo do governo: em função de suas alianças partidárias para manter o poder, ele não vai brigar para manter os avanços mais significativos.

Na verdade, o governo procura quebrar a combatividade dos movimentos, dividi-los, desmobilizá-los e mantê-los apenas como massa de apoio quando necessário. Conseguiu, em boa parte, seu intento de colocar como limite máximo de utopia as mudanças dentro dos quadros do neoliberalismo. Muitos, nos movimentos, contentam-se com as pequenas conquistas obtidas.

Há insatisfação, sem dúvida: uma outra parte dos movimentos tem uma posição crítica. Esta divisão, esta confusão, esta aparência de governo do povo, sendo preferencialmente governo dos banqueiros, dificulta o posicionamento dos movimentos sociais. Melhor que qualquer outro líder da direita, Lula conseguiu controlar parte dos movimentos sociais. Não os controla totalmente, é claro, mas reduziu

1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido pela sigla MST, é um movimento social brasileiro de inspiração marxista e do cristianismo progressista (Teologia da Libertação), cujo objetivo é a realização da reforma agrária no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

2 O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento popular cujo objetivo é reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens, obras pré-construídas ou projetadas, para defesa de seus direitos, sem fronteira de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária. (Nota da **IHU On-Line**)

3 O massacre de Corumbiara foi o resultado de um conflito violento ocorrido em 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, no estado de Rondônia. O conflito começou quando policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, resultando na morte de 12 pessoas (entre elas uma criança de nove anos e dois policiais) (Nota da **IHU On-Line**)

4 O Massacre de Eldorado dos Carajás foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH é um programa do Governo Federal, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto n° 1904 de 13 de maio de 1996, "contendo diagnóstico da situação desses direitos no País e medidas para a sua defesa e promoção, na forma do Anexo deste Decreto". Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo FHC, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo Lula. O PNDH-3 foi desenvolvido pela participação popular, por meio de conferências nacionais e regionais. Diferente das versões anteriores, que listavam ações programáticas em áreas de governo, o PNDH-3 foi organizado a partir de seis eixos temáticos, com a lógica da interdependência dos direitos, sem deixar de serem universais. As ações propostas, portanto, serão transversais, ou seja, são executadas por vários ministérios, já que um direito não pode ser desvinculado do outro. Sobre o PNDH-3 leia os artigos *Vannuchi recua em plano de direitos humanos*, publicado no sítio do IHU em 17-03-2010 e disponível em http://bit.ly/bKiWKA; e *Bispos metodistas aplaudem e questionam itens do PNDH-3*, publicado no sítio do IHU em 03-03-2010 e disponível em http://bit.ly/apA0wn (Nota da **IHU On-Line**)

sua força, sobretudo reduziu sua autonomia.

Existe uma mobilização autônoma, porém, em vários setores, e em vários movimentos: para dar um exemplo, na Assembleia Popular[6], que é uma articulação de diversos movimentos, pastorais e entidades da sociedade civil. Foi a única articulação que produziu um projeto de sociedade, distinto do vigente, crítico ao modelo neoliberal ("O Brasil que queremos"). Este tipo de articulação pode crescer, porque vem de encontro aos anseios de muitos que estão insatisfeitos.

IHU On-Line - O ideário comunitário que deu origem à Comissão Pastoral da Terra e que, por sua vez, motivou a formação de diversos movimentos sociais no país, ainda é suficiente e se sustenta nos dias de hoje?

Ivo Lesbaupin - Não creio que se possa dizer que a origem da CPT ou do trabalho pastoral da Igreja nos anos 60 era um ideário comunitário. Houve, sem dúvida, um grande esforço por parte dos setores progressistas da Igreja católica, na direção da formação de inúmeras comunidades de base por todo o país. Mas as comunidades não são um movimento social, elas são uma forma de organização da Igreja, que continua até hoje (mesmo que reconheçamos que os tempos mudaram, que o apoio da instituição era maior). As comunidades deram nascimento ou apoiaram fortemente inúmeros movimentos sociais, tanto na cidade como no campo. Toda a luta das oposições sindicais contra o peleguismo teve muito apoio das comunidades. Até hoje, em parte significativa das comunidades, seus membros participam de movimentos. Mas o objetivo desta luta não é uma sociedade constituída de comunidades: é uma sociedade justa, democrática, participativa, solidária (o "outro mundo possível"). No decorrer dos anos 80 e 90, parte significativa dos militantes provenientes de Comunidades Eclesiais de Base - CEBs se engajaram em partidos políticos (sobretudo no PT), foram atuar na arena pública, alguns foram eleitos. Na época da Constituinte, foram participantes ativos da campanha pelas emendas populares. Recentemente, envolveram-se na campanha contra a corrupção (Lei 9.840); nos vários plebiscitos populares (contra a Dívida, contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, pela reestatização da Vale); agora, estão envolvidos na campanha pela Ficha Limpa. Não sem razão, parte dos setores sociais envolvidos na construção da Assembleia Popular vem de setores da Igreja, das pastorais sociais, do Grito dos Excluídos. A Assembleia Popular elaborou um projeto de sociedade, "O Brasil que queremos", politicamente democrático, economicamente justo, ambientalmente sustentável.

> "O essencial das mudanças prometidas não veio: a herança maldita foi assumida pelo governo Lula como a única política econômica possível"

Voltando ao novo contexto gerado pelo governo Lula, podemos observar, no interior dos setores da Igreja mais envolvidos com a organização e a mobilização popular, a mesma confusão e a mesma divisão frente ao governo de que falei com relação aos movimentos sociais.

IHU On-Line - As conquistas dos movimentos sociais inscritas na Constituição contribuíram para o fortalecimento dos movimentos ou os deixaram "presos" à agenda institucional? Como avaliar, por exemplo, o saldo das Conferências Nacionais temáticas e dos Conselhos espalhados pelo país? Os movimentos sociais sempre lutaram pela chamada democracia direta e participativa. Houve ganhos nesse sentido?

Ivo Lesbaupin - A Constituição de 1988 consagrou algumas das antigas reivindicações dos movimentos sociais: entre outras coisas, há uma série de instrumentos de participação popular que não existiam anteriormente. Um deles está sendo usado agora, na campanha pela Ficha Limpa, é o projeto de lei de iniciativa popular. Não creio que os movimentos sociais sejam presos pela agenda institucional, pelo processo das conferências etc. As conferências são um avanço. O que pode ocorrer e que está ocorrendo em vários casos, é a cooptação de setores dos movimentos pelo governo, como acontece com parte do movimento sindical: é isto que deixa tais movimentos "presos".

IHU On-Line - Como o senhor vê as perspectivas do movimento social brasileiro? Percebe alguma novidade em relação aos movimentos sociais?

Ivo Lesbaupin - O movimento mais duramente atingido pelas políticas neoliberais e pelo processo de reestruturação produtiva foi o movimento operário. O desemprego massivo gerado por estas políticas dificultou enormemente a mobilização dos trabalhadores urbanos. Cresceram os movimentos do campo, o MST, o MAB, e outros mais. E surgiram e se desenvolveram muitos outros movimentos – mesmo se alguns deles têm pouca visibilidade. Temos todos os movimentos específicos, em defesa de identidade ou de igualdade, o movimento de mulheres, o movimento negro, o dos homossexuais, os GBLT[7], o dos quilombolas, dos catadores de lixo (os papeleiros, no sul do país), movimentos urbanos, como o de moradia, dos sem-teto. Cresceu o movimento dos povos indígenas, que já pode contabilizar uma importante vitória, a terra Raposa Serra do Sol,[8] mas que

6 A Assembleia Popular é uma articulação nacional que reúne diversos movimentos sociais, pastorais sociais, redes e organizações da sociedade civil de caráter popular. Sua origem remonta às Semanas Sociais Brasileiras e os plebiscitos populares (Alca, Dívida Externa, Vale). Seus objetivos centrais são a formação política, o fortalecimento dos movimentos sociais, a construção de uma agenda nacional unitária de lutas e o debate de um projeto popular para o Brasil. Com o tema "Na construção do Brasil que queremos", a Assembleia Popular realiza no mês que vem – 25 a 29 de maio – em Brasília, a sua segunda assembleia nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

7 LGBT ou ainda, LGBTTTs, é o acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (o 's' se refere aos simpatizantes). Embora refira apenas seis, é utilizado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Sobre o tema, confira a cobertura publicada nas **Notícias do Dia**, no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br). (Nota da **IHU On-Line**)

ainda tem de enfrentar muitas situações difíceis, como os projetos hidrelétricos e o cerceamento de povos em áreas muito limitadas, como é o caso dos Guarani-Kaiowá (MT). E há todo o movimento ambientalista, cujas preocupações e bandeiras se difundem cada vez mais em face da consciência crescente das mudanças produzidas pelos seres humanos no ambiente, na Terra.

IHU On-Line - Que futuro o senhor vislumbra para os movimentos sociais a partir do resultado das eleições presidenciais deste ano?

Ivo Lesbaupin - Qualquer que seja o presidente eleito, há uma grande vantagem: o governante não será o Lula, será possível uma postura mais crítica em relação ao governo. Hoje, para muitos, como disse Chico de Oliveira[9], Lula virou um mito. Mesmo parte dos militantes de esquerda justifica o que ele faz claramente à direita, em continuidade à política macro-econômica de Fernando Henrique, a serviço do capital financeiro. Mesmo que sua candidata vença, não será a mesma coisa: haverá a possibilidade de uma postura mais independente. É claro que um governo do PT procurará continuar o esforço de cooptação, isto é, de neutralização de movimentos sociais, mas a margem para resistir será maior.

IHU On-Line - Ao longo dos anos, os movimentos sociais se engajaram em diversas lutas, buscando melhores condições de trabalho, de igualdade, para citar alguns. Considerando a conjuntura atual, que bandeiras devem fazer parte da luta dos movimentos sociais?

Ivo Lesbaupin - Os movimentos sociais são inúmeros e defendem bandeiras como a reforma agrária, a luta pela moradia, a igualdade para as mulheres, contra a violência doméstica, pelo direito ao trabalho (contra o desemprego), a igualdade racial, contra a discriminação e poderíamos citar muitas outras. Vou apenas acentuar algumas destas bandeiras, que já são levadas à frente por vários movimentos: a bandeira pela mudança da política econômica, pelo abandono desta política submissa aos interesses do capital financeiro, submissa ao pagamento da dívida, aos juros altos e assim por diante. Contrariamente ao discurso dominante, de que não temos recursos, temos recursos imensos que, no entanto, estão sendo transferidos para quem já tem.

> "O movimento mais duramente atingido pelas políticas neoliberais e pelo processo de reestruturação produtiva foi o movimento operário"

É preciso continuar a lutar pela auditoria da dívida externa – a exemplo do que fez o Equador – o que possibilitaria mostrar o escândalo contido aí: o povo brasileiro trabalha principalmente para pagar a dívida (isto é, para enriquecer os ricos de fora e os nossos ricos) e não para sua alimentação, saúde, educação, habitação, transporte etc.

Para reduzir a desigualdade social e promover distribuição de renda e riqueza, precisamos de uma reforma tributária progressiva, que exija mais dos que têm mais e reduza ou elimine os impostos dos mais pobres, que tenha mais imposição na renda do que no consumo. E denunciar a reforma atualmente proposta pelo governo, que agrava a desigualdade social ao atingir em cheio o financiamento da Seguridade Social.

Também devemos lutar pela reforma agrária e por uma outra política agrícola, pela agricultura familiar, contra o agronegócio, pela soberania alimentar, pelos alimentos orgânicos, contra o envenenamento da população com os agrotóxicos e os transgênicos.

É preciso lutar para reestatizar empresas como a Petrobras (parcialmente privatizada), para retomar o nosso petróleo – atualmente repassado a empresas privadas sob a forma de leilões-, como a Vale do Rio Doce – vendida a preço de banana.

Além disso, investir num outro modelo energético e, particularmente, investir na energia solar e eólica, para não precisar justificar a construção de centenas de usinas hidrelétricas que estão destruindo e vão destruir a vida de populações inteiras e o meio ambiente. Estas usinas apenas vão enriquecer grandes empresas do setor privado e privatizar ainda mais partes do Brasil. E nós poderíamos ser o primeiro país no ranking de produção de energia solar.

Precisamos da luta pela democratização dos meios de comunicação que, hoje, são apenas a expressão da minoria proprietária destes meios e que impedem a liberdade de informação.

E, em todas as nossas lutas, é preciso propugnar uma nova concepção de desenvolvimento, não mais apoiado na lógica "produtivismo-consumismo", na busca voraz do lucro, mas centrado nas necessidades da sociedade, na produção daquilo que é necessário para viver (alimentação, habitação, trabalho, saúde, educação, transporte, lazer etc.). Um desenvolvimento que não depreda a natureza, que não esgota os recursos naturais, que não envenena nem destrói a Terra.

Estas são apenas algumas bandeiras que me parecem fundamentais.

Leia Mais...

Lesbaupin já concedeu outras entrevistas para a **IHU On-Line**. Acesse o material em nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *As eleições municipais no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro*. Entrevista publicada em 11-10-2008 e disponível no link http://migre.me/wxll;
- *A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil*. Entrevista publicada em 13-8-2007 e disponível no link http://migre.me/wxJ9;
- *"A postura típica do PSDB é caracterizada pelo governo FHC: repressão"*. Entrevista publicada em 9-10-2006 e disponível no link http://migre.me/wxLa.

9 **Francisco de Oliveira**: sociólogo, formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. É professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Confira a mais recente entrevista que ele concedeu à **IHU On-Line**, intitulada *Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais*, publicada na edição 322, de 22-03-2010, disponível em http://bit.ly/aFYhun (Nota da **IHU On-Line**)

Um novo perfil de organizações fruto do neoliberalismo

Para o cientista político Marcus Abílio Gomes Pereira, o dilema dos movimentos sociais gira em torno da questão: "Como deverão agir de forma a radicalizar as propostas do governo, sem ao mesmo tempo criarem as condições para o retorno ao poder de seus adversários políticos?"

Por Patricia Fachin

O modelo neoliberal "trouxe consigo um esvaziamento dos movimentos", aponta o professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Na avaliação dele, com o projeto político neoliberal se desenvolveu "um novo perfil de organizações, voltadas para parcerias com o Estado e com a função primordial de prestação de serviços. Neste sentido, muitas organizações tornaram-se apenas executoras de projetos sob a orientação e gerenciamento estatal". Para Pereira, após a eleição do presidente Lula, criou-se uma expectativa em relação ao destino dos movimentos sociais e sua relação com o Estado. "A crença na possibilidade da mudança a partir do Estado foi um dos grandes motores deste movimento de ocupação do mesmo", acrescenta. A participação de movimentos sociais no governo trouxe, por outro lado, segundo o pesquisador, "uma situação delicada": "Muitos movimentos perderam sua força e capacidade de gerar conflitos. Para que um movimento possa realmente exercer seu potencial emancipatório, é necessário que haja uma tensão entre movimentos sociais e democracia".

Nessa conjuntura, Pereira percebe, também, o surgimento de outro projeto político: projeto democrático popular, que, segundo ele, "busca primordialmente a construção de um conceito de cidadania que vá para além da luta pelos direitos civis e políticos, mas que busca também incluir questões relacionadas ao reconhecimento da diferença e à possibilidade de grupos historicamente excluídos 'terem o direito a ter direitos'".

Marcus Abílio é graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutor em Sociologia Política pela Universidade de Coimbra, Portugal, com doutorado-sanduíche na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris. O título de sua tese, defendida em 2008, é *Cyberactivismo e Democracia - movimentos sociais e novos repertórios de acção*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor define, de forma geral, a situação dos movimentos sociais no Brasil hoje?

Marcus Abílio Gomes Pereira - Inicialmente, devemos fazer uma distinção entre movimentos sociais e ONGs. Melucci[1] (1996) define os movimentos sociais como redes sociais que podem incluir organizações formais ou não, variando em função de determinadas circunstâncias. São sistemas de ação, redes complexas entre diferentes níveis e significados da ação social, no qual indivíduos, grupos e organizações negociam constantemente recursos e objetivos, garantindo sua autonomia e independência. Dentro destes movimentos, temos as organizações de movimentos sociais (OMSs) entendidas como organizações complexas e formais que identificam seus objetivos e buscam meios para implementá-los; e as organizações não governamentais (ONGs), vistas como organizações sem fins lucrativos que buscam formas de financiamento em diferentes fontes (Estado, organizações privadas etc.) e com um estatuto jurídico definido.

No contexto brasileiro, vemos cla-

1 **Alberto Melucci** (1943-2001): sociólogo italiano, teórico dos movimentos sociais contemporâneos e psicólogo clínico. Foi professor de Sociologia dos Processos Culturais na Universidade de Milão, Itália e também professor de psicologia clínica. Lecionou em prestigiosas universidades da Europa, EUA, Ásia e América Latina. Dedicou a sua vida ao estudo dos problemas da teoria sociológica, à análise da ação coletiva e da identidade e se debruçou sobre o fenômeno da mutação cultural. Desenvolveu uma ampla pesquisa sobre os movimentos das mulheres, ecológicos e sobre as formas de solidariedade neo-religiosas. No fim da década de 1970, fundou um centro de estudo e pesquisa em psicologia clínica e se dedicou à formação e ao trabalho psicoterapêutico. Na edição número 70 da **IHU On-Line**, de 11-08-2003, reproduzimos o prefácio da obra MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas* (Petrópolis: Vozes, 2001), escrito pelo próprio autor e um comentário do Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo (Nota da **IHU On-Line**).

ramente uma tentativa de criminalização das organizações dos movimentos sociais, em função dos repertórios de ação utilizados por alguns destes movimentos. Trata-se de uma tentativa deliberada por parte daqueles interessados pela manutenção do *status quo*, que conta com o auxílio dos grandes conglomerados midiáticos para imputar aos grupos historicamente excluídos e, portanto, vítimas da violência, a pecha de violentos.

Uma outra questão relevante para analisarmos a situação dos movimentos sociais no Brasil é a dificuldade da superação de um modelo específico de projeto político adotado durante a década de noventa: o modelo neoliberal, que trouxe consigo um esvaziamento dos movimentos. Este processo se manifestou através da desorganização do mercado do trabalho e o consequente aumento da informalidade e a fragmentação social. Com o projeto político neoliberal, tivemos também o desenvolvimento de um novo perfil de organizações, voltadas para parcerias com o Estado e com a função primordial de prestação de serviços. Neste sentido, muitas organizações tornaram-se apenas executoras de projetos sob a orientação e gerenciamento estatal.

Estas duas questões, a criminalização e um novo perfil de organizações como prestadoras de serviço são, no meu entender, centrais para a compreensão dos movimentos sociais brasileiros na atualidade.

IHU On-Line - O ideário comunitário que deu origem à Comissão Pastoral da Terra e que, por sua vez, motivou a formação de diversos movimentos sociais no país, ainda é suficiente e se sustenta nos dias de hoje?

Marcus Abílio Gomes Pereira - O surgimento da Pastoral da Terra, em 1975, foi de fundamental importância para a luta pela redemocratização e como mecanismo de proteção contra os abusos cometidos pela ditadura contra os excluídos, primordialmente do campo. Sem dúvida, a Pastoral colaborou também para o desenvolvimento de vários movimentos. Mas, creio que o contexto já descrito na resposta acima, mais especificamente em relação ao projeto neoliberal e o discurso do terceiro setor, como prestação de serviços e empoderamento - aqui entendido apenas como a possibilidade de inclusão de grupos historicamente excluídos em serviços precários e sem capacidade de organização destes mesmos grupos - acaba por ser um contraponto ao ideário comunitário da Pastoral.

"O surgimento da Pastoral da Terra, em 1975, foi de fundamental importância para a luta pela redemocratização e como mecanismo de proteção contra os abusos cometidos pela ditadura contra os excluídos, primordialmente do campo"

IHU On-Line - Os movimentos sociais conseguiram uma ocupação progressiva de espaços na sociedade civil?

Marcus Abílio Gomes Pereira - Não há dúvida que houve, sim, uma ocupação progressiva de espaços na sociedade civil. Apesar do projeto neoliberal, podemos reconhecer um outro projeto político, o projeto democrático popular, que busca primordialmente a construção de um conceito de cidadania que vá para além da luta pelos direitos civis e políticos, mas que busca também incluir questões relacionadas ao reconhecimento da diferença e à possibilidade de grupos historicamente excluídos "terem o direito a ter direitos". Esta ocupação de espaços na sociedade civil pode ser percebida através da visibilidade de diferentes grupos sociais que até há pouco tempo eram invisibilizados, tais como os quilombolas, os índios, os negros, os sem-terra e grupos com diferentes orientações sexuais. O projeto democrático popular tem lutado pelo reconhecimento de outros saberes, outras práticas que foram e são encobertas, ignoradas e deslegitimadas pela hegemonia neoliberal. Creio que estes movimentos populares, apesar de todas as dificuldades já enumeradas, têm conseguido, sim, ocupar espaços na esfera pública, sendo a maior demonstração desta ocupação o Fórum Social Mundial[2].

IHU On-Line - Sua tese de doutorado trata de cyberativismo e democracia - movimentos sociais e novos repertórios de ação. A partir do uso da Internet, percebe uma mudança no comportamento e na ação dos movimentos sociais?

Marcus Abílio Gomes Pereira - Com certeza. As estruturas interna e externa das organizações sofreram modificações a partir da apropriação da Internet pelos movimentos. Relações mais horizontalizadas, mais informação disponível para os militantes, mais agilidade nas ações e o fortalecimento das redes entre movimentos são características de muitos dos movimentos contemporâneos que utilizam as nTCIs.

Outro ponto importante é o desenvolvimento de novos repertórios. A Internet favorece o desenvolvimento de ações tais como produção de boletins eletrônicos, oferecimento de denúncias, promoção ou participação

2 Durante o Fórum Social Mundial 2010, estiveram, na Unisinos, o sociólogo Silvio Caccia Bava, Boaventura de Sousa Santos e a candidata à presidência da República, Marina Silva. As entrevistas realizadas com eles pela **IHU On-Line** estão disponíveis na página eletrônica do IHU e podem ser acessadas a partir dos seguintes links: *Políticas sociais são o band-aid da sociedade*. Entrevista Especial com Sílvio Caccia Bava, disponível no link http://migre.me/x55k; *''O crescimento dever ser um instrumento para o desenvolvimento''*. Entrevista especial com Marina Silva, disponível no endereço http://migre.me/x577; *O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas*. Entrevista Especial com Boaventura de Sousa Santos, disponível no link http://migre.me/x591. (Nota da **IHU On-Line**)

em abaixo-assinados, cooptação de novos membros, arrecadação de fundos, promoção de boicotes a produtos ou empresas e, por fim, a realização de *lobby* com seus representantes eleitos. Apesar de um grande número de possibilidades de ação a partir da Internet, estas ações dificilmente irão substituir as ações presenciais, como demonstraram várias intervenções de meus entrevistados. Para muitos deles, as ações de protesto estão relacionadas à presença e ao número de participantes presenciais. Desta forma, temos ações híbridas, que combinam atividades *online* e presenciais.

IHU On-Line - A partir desse fenômeno, que desafios são postos para os movimentos sociais tradicionais?
Marcus Abílio Gomes Pereira - Para os movimentos sociais tradicionais há uma dificuldade maior em se apropriarem destas novas tecnologias de informação e comunicação. Práticas e saberes arraigados, muitas vezes, impedem que estes movimentos se apropriem das novas tecnologias. Muitos líderes de movimentos não sabem e nem querem abrir um e-mail, fazer uma conferência virtual ou coisas do tipo. Sem contar que existem movimentos que estão nos rincões do país e não possuem nem mesmo uma rede telefônica. Nas áreas urbanas temos também movimentos que não possuem recursos financeiros, o que dificulta sobremaneira a possibilidade de apropriação da Internet. Em função destas dificuldades, fica claro que a exclusão digital no país ainda é uma variável relevante a ser analisada para compreendermos as possibilidades de apropriação de novas tecnologias pelos movimentos.

IHU On-Line - Como avalia a relação dos movimentos sociais com o governo? Lula esvaziou os movimentos sociais? Quais foram as vantagens e desvantagens para os movimentos nesses oito anos?
Marcus Abílio Gomes Pereira - Esta questão é fundamental para compreendermos a situação dos movimentos sociais no Brasil. Após a eleição de um partido de centro esquerda, que possui historicamente uma base social, criou-se uma expectativa em relação ao destino dos movimentos sociais. Deveriam ou não ocupar o Estado? Muitos militantes foram ocupar cargos no governo, muitos participam de fóruns, conselhos, orçamentos participativos e redes que se compõem por militantes e representantes do poder público. A crença na possibilidade da mudança a partir do Estado foi um dos grandes motores deste movimento de ocupação do mesmo. É importante ressaltar que nem todos os movimentos tiveram esse comportamento.

> **"O projeto democrático popular tem lutado pelo reconhecimento de outros saberes, outras práticas que foram e são encobertas, ignoradas e deslegitimadas pela hegemonia neoliberal"**

Por outro lado, temos uma situação delicada que é o esvaziamento dos movimentos decorrente desta migração para o Estado. Muitos movimentos perderam sua força e capacidade de gerar conflitos. Para que um movimento possa realmente exercer seu potencial emancipatório, é necessário que haja uma tensão entre movimentos sociais e democracia.

Não podemos perder de vista o papel fundamental dos movimentos sociais na promoção de mudanças em certos aspectos da sociedade, através da tematização de novas demandas, do reconhecimento de desigualdades e pela manutenção de uma tensão contínua dentro das democracias.

Creio que este é o dilema que vários movimentos vivem hoje em dia: Como deverão agir de forma a radicalizar as propostas do governo, sem ao mesmo tempo criarem as condições para o retorno ao poder de seus adversários políticos?

IHU On-Line - Nessa perspectiva, como os movimentos sociais devem atuar no jogo político?
Marcus Abílio Gomes Pereira - Como adiantei na questão anterior, a ocupação do Estado, se possível, deve ser feita, mas de maneira tal que não leve a um processo de cooptação dos movimentos e retire a sua capacidade de tensionar a relação entre estes e a democracia, que precisa e deve ser radicalizada, de forma a reconhecer e diminuir sensivelmente as profundas desigualdades que se mantêm em nosso país.

IHU On-Line - Quais são, em sua opinião, os movimentos sociais com mais força no país, hoje?
Marcus Abílio Gomes Pereira - Esta é uma questão difícil de responder, mas creio que o Movimento dos Sem Terra continua com um papel extremamente relevante dentro do cenário nacional e internacional. Os movimentos pelos Direitos Humanos também possuem um papel importante em nosso contexto, incluindo nesta rede os movimentos étnico-raciais, de gênero e orientação sexual.

IHU On-Line - Que desafios o senhor vislumbra para os movimentos sociais na próxima década?
Marcus Abílio Gomes Pereira - Creio que dependerá do contexto político que ainda não sabemos. Em função de tudo o que já disse, as próximas eleições irão oferecer maiores pistas sobre as futuras estratégias dos movimentos. Fazendo uma conexão entre cenário mundial e nacional, diria que o Fórum Social Mundial continuará sendo o catalizador, o articulador das possibilidades de construção de redes emancipatórias entre os movimentos sociais. A globalização contra-hegemônica é um movimento que não poderá ser parado, apesar de todos os empecilhos criados pelo bloco homogêneo neoliberal.

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destaques da Semana

Entrevista da Semana

Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico

Impossibilidade de escaparmos da normatização e normalização era um dos paradoxos apontados pelo filósofo francês. Sujeito é histórico e não tem uma essência primeira, debate José Ternes. A liberdade é ilusória: nossas escolhas não são nossas

Por Márcia Junges

O filósofo francês Michel Foucault se interessava pelo "solo epistemológico moderno", e pertencia à epistemologia histórica que interroga o pensamento. Suas ideias continuam atuais, e podem nos ajudar a compreender os paradoxos que vivemos enquanto sociedade panóptica e submetida a um poder subliminar, invisível. E é a partir da obra foucaultiana que o filósofo José Ternes acentua o paradoxo entre o sujeito singular e o sujeito de determinado momento histórico, submetido à padronização e à normalização. Que espaço sobra para a liberdade?, questiona. Foucault apontava para a fabricação de uma consciência e padrões únicos. Em sua filosofia, o sujeito não tem substância essência, mas é desnudado em sua fabricação histórica. Por outro lado, pondera Ternes, "há uma tremenda preocupação de Foucault com a quase impossibilidade de se escapar uma normatização e normalização cada vez mais fortes". As reflexões fazem parte da entrevista a seguir, realizada pessoalmente pela **IHU On-Line**, na vinda de Ternes à Unisinos, em 15-04-2010, quando proferiu a palestra Foucault e a natureza epistemológica da modernidade. O corpo mensurável, objeto de saber, foi outro tópico da conversa. O poder antes domesticador do corpo, agora é imperceptível, e domestica a alma, produzindo sujeitos dóceis, formatados e inofensivos politicamente. O tema liberdade foi recorrente em diversos momentos: "Na verdade, é uma grande mentira a liberdade que supostamente temos. Foucault não foi o primeiro a mostrar isso. Ele insiste que nossas escolhas não são autenticamente nossas, mas de outros. O controle é muito mais subjetivo e imediato do que supomos. Não se trata de um 'grande não' ao qual estamos submetidos. Se houve um 'grande não', seria melhor, porque aí ele poderia ser identificado".

Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, José Ternes é graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, e em Letras Vernáculas pela Universidade Católica de Goiás - UCG. Cursou mestrado e doutorado em Filosofia. O mestrado foi realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, e o doutorado, na Universidade de São Paulo - USP. É autor de *Michel Foucault e a Idade do Homem* (2ª ed. Goiânia: UCG/CEGRAF, 2009) e *Pensamento Educacional Brasileiro* (Goiânia: Ed. da UCG, 2006).

De 13 a 16 de setembro, acontece o **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Conheça a programação completa do evento em http://migre.me/xQ7L. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os elementos que Foucault nos oferece para compreender a epistemologia da modernidade?

José Ternes - Em *As palavras e as coisas*, Foucault fala em solo epistemológico e em revolução epistemológica. Mas, ao mesmo tempo, como bem observa o seu orientador Canguilhem[1], Foucault não é um epistemólogo no sentido que os franceses como Bachelard[2] e ele próprio entendem a epistemologia. A arqueologia de Foucault significou justamente um deslocamento em relação à epistemologia. Essa

1 **Georges Canguilhem** (1904-1995): filósofo francês, membro do Collège de France, especializado em filosofia da ciência e no estudo da normatividade. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Gaston Bachelard** (1884-1962): filósofo e poeta francês que estudou sucessivamente as ciências e a filosofia. Seu pensamento está focado principalmente em questões referentes à filosofia da ciência. (Nota da **IHU On-Line**)

distinção que Foucault faz entre ciência e saber é fundamental. O objeto de Foucault é o saber, e não apenas a ciência. O saber é um tema de acepção mais ampla, que inclui ciências, artes e outros saberes. No entanto, há um interesse de Foucault em relação ao solo epistemológico moderno. Esse moderno, para ele, significa a nossa época, a estruturação epistêmica que vem do século XIX em diante.

A história arqueológica de Foucault não visa explicar, mas descrever, daí o uso de termos como diagnosticar. Suas histórias são diagnósticos do nosso tempo. São muito mais histórias sobre como acontece o saber, as suas reestruturações epistemológicas e quais condições foram abertas para o nascimento de certo saber e objetos científicos como as ciências humanas, que, segundo Foucault, só teriam lugar no interior dessas grandes modificações no campo das empiricidades e da filosofia crítica. Foucault leu muito, foi "aos documentos", aos acontecimentos na ordem do saber e constatou as mudanças em curso. Tais mudanças são, antes de tudo, conceptuais, de pensamento. Isso é fundamental para ele. Foucault pertence à vertente da epistemologia histórica em que interroga o pensamento, o conceito, as questões.

IHU On-Line - Por que o senhor afirma que a Arqueologia de Foucault nos aproxima da tradição epistemológica francesa?

José Ternes - Foucault foi educado no ensino médio por professores como Canguilhem e Merleau Ponty[3], filósofos importantes do século XX. Seu modo de trabalhar é o da história do pensamento, dos saberes. Em um prefácio feito para a obra *O normal e o patológico*, de Canguilhem, Foucault deixa muito claras as duas perspectivas mais importantes na França que são tributárias à fenomenologia husserliana.

3 **Maurice Merleau-Ponty** (1908-1961): escritor e filósofo francês, líder do pensamento fenomenológico em seu país. De 1945 a 1952, foi coeditor (com Jean-Paul Sartre) do jornal *Les Temps Modernes*. Voltando sua atenção para as questões sociais, publicou um conjunto de ensaios marxistas, em 1947, *Humanisme et terreur* ("*Humanismo e Terror*"), a mais elaborada do comunismo soviético no final dos anos 1940. (Nota da **IHU On-Line**)

> "Foucault pertence à vertente da epistemologia histórica em que interroga o pensamento, o conceito, as questões"

Foucault diz que, na França, Husserl teve uma certa recepção resultante na filosofia da existência, do sentido, do sujeito. Outra recepção trabalha a questão do conceito, da crítica da racionalidade, e da tentativa de compreender o saber. Eu me arriscaria a colocar o próprio Foucault nessa vertente. Nisso, está muito próximo da epistemologia. Também sabemos que a epistemologia é um trabalho muito restrito que investiga a ciência em sua atualidade. Foucault tinha, contudo, interesses muito além da ciência, quais sejam, as ciências humanas. A própria medicina era por ele compreendida não apenas como uma ciência, mas como uma investigação do espaço onde ela era possível. Não é a cientificidade que é a questão primeira da medicina: há questões políticas e ideológicas que o próprio Canguilhem já havia colocado. O direito e as formas jurídicas também não são, apenas, uma questão de ciência, mas uma trama política. Foucault se ocupa muito mais disso. Ao mesmo tempo, está em questão como o saber é possível, qual é a configuração moderna dele. Por isso, há um parentesco entre Foucault e a epistemologia muito maior do que com outras filosofias. Há, concomitantemente, um deslocamento, que Roberto Machado[4] mostra muito bem em sua tese *Ciência e saber*.

4 **Roberto Machado:** filósofo brasileiro, autor de *Nietzsche e a verdade* (2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984); *Zaratustra, tragédia nietzschiana* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997), e um dos autores de *Danação da norma. Medicina Social e a constituição da psiquiatria no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal, 1978). Em 01-04-2004, Machado abriu o evento **Ciclo de Estudos sobre Michael Foucault**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) com a palestra *Foucault, a filosofia e a literatura*. Na edição 203, de 06-11-2006, *Michel Foucault, 80 anos*, concedeu a entrevista *Nietzsche, Foucault e a loucura como experiência originária*, disponível em http://migre.me/xQeO. Em 04-06-2010, estará no IHU no **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**, falando sobre *A geografia deleuziana do pensamento*. Confira a programação do pré-evento em http://migre.me/xQf6. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como podemos compreender a concepção de Foucault de que o sujeito não é mais universal, se cada vez mais há uma padronização ou mesmo uma pasteurização de consciências promovidas pela nova economia psíquica do Ocidente?

José Ternes - O fato de haver essa padronização ou globalização ainda não configura a ideia de uma universalidade como se entendia no passado, pensando o universal como absoluto. A filosofia de Foucault é uma filosofia do circunstancial. Seu trabalho como historiador e arqueólogo se dá sobre o acontecimento. Para ele, é necessário interrogar os acontecimentos, mesmo que estes estejam aparentemente tão distantes da realidade como a ciência, a filosofia e a teoria. De toda sorte, esses são acontecimentos da ordem do saber, portanto têm uma materialidade e uma existência concreta. É fundamental compreender o pensamento como um acontecimento tão material quanto o trabalho de um pedreiro, por exemplo. Com certeza, há um paradoxo em como situar a questão de um sujeito singular e de um sujeito que deve ser entendido em determinado momento da história face a uma padronização e normalização, tema importante em Foucault, sobretudo, a partir de *Vigiar e Punir*. Há uma fabricação de uma consciência única, de um padrão único, aponta. Ele é um filósofo durríssimo contra essa tendência lamentável da sociedade moderna de submeter todos a uma igualdade técnica. Por outro lado, ele tem consciência de que um certo sujeito, o sujeito da História, do conhecimento do passado, é uma ficção. Ele não tem uma natureza. Não há uma substância, uma essência de um sujeito – ele é fabricado e feito historicamente. Por outro lado, há uma tremenda preocupação sua com a quase impossibilida-

de de se escapar uma normatização e normalização cada vez mais fortes. Quais são os espaços possíveis para uma vida livre? Retomando Deleuze[5], quais são os espaços de fuga que ainda se encontram? Foucault é muito pessimista em relação a isso.

IHU On-Line - Nesse sentido, como a obra de Foucault nos ajuda a compreender as ramificações do biopoder, que mais do que nunca parecem se inscrever não apenas no corpo do indivíduo, mas em sua mente, em sua subjetividade?

José Ternes - Gostaria de lembrar o nascimento de um tipo de ciências, na virada para o século XIX, como a biologia e outras ciências da vida, fatos que interessavam Foucault enormemente. Embora ele não tenha dado pistas muito claras sobre esses saberes, na época, penso que é possível voltarmos às *Palavras e as coisas* e ver que o nascimento da biologia não é um acontecimento politicamente neutro e inocente. É claro que as análises foucaultianas dizem respeito às condições internas do próprio pensamento. No meu entender, o nascimento da biologia é contemporâneo a algo que diz respeito à norma, que Canguilhem mostrou muito bem, assim como Foucault, a partir da ideia de exame. São ciências que não apenas explicam o corpo, mas o nascimento do corpo como objeto de saber. É um corpo mensurável, mas, principalmente, tornando-se objeto, é mais do que objeto. Há algo novo na história do saber que não existia antes.

IHU On-Line - Vivemos numa sociedade de que, a cada dia, dá mais liberdades e possibilidades de escolha. Por outro lado, se exacerba o controle, a vigilância, a interdição. Como podemos compreender esse paradoxo partindo do pensamento foucaultiano?

José Ternes - Muitos dos textos de Foucault apontam isso. As reflexões sobre a prisão, o hospital, a fábrica, o hospício e a educação demonstram esse paradoxo. Ele se vale de muita ironia para dizer que essa é a democracia moderna. Na verdade, é uma grande mentira a liberdade que supostamente temos. Foucault não foi o primeiro a mostrar isso. Ele insiste que nossas escolhas não são autenticamente nossas, mas de outros. O controle é muito mais subjetivo e imediato do que supomos. Não se trata de um "grande não" ao qual estamos submetidos. Se houve um "grande não", seria melhor, porque aí ele poderia ser identificado. A noção de poder de Foucault é muito precisa e interessante nesse aspecto. Por outro lado, Foucault insiste na necessidade de um espaço de pensamento livre. O poder, para Foucault, é o lugar do embate, da guerra. Submetidos a ele, há toda uma produção de sujeitos dóceis, formatados, inofensivos politicamente, conformistas. Não se trata de domesticar apenas o corpo, mas a alma, a subjetividade. A transformação do poder é atingir, cada vez mais, a alma, e não o corpo. Isso está no começo de *Vigiar e punir*, quando o suplício deixa de ser um espetáculo público e é introjetado na subjetividade do condenado. Na humanidade panóptica na qual vivemos, isso é um paradoxo. Há uma visibilidade exacerbada que convive com a invisibilidade do poder.

IHU On-Line - Qual é a atualidade desse pensador?

José Ternes - O efeito do discurso é algo interessante. Como medir a força de um texto, de uma obra? Qual é, ainda hoje, a força e importância de se ler Foucault? Ele se prestou muito, em certo tempo, a um modismo, algo que é natural até certo ponto com determinados filósofos. Primeiro, *Vigiar e punir* caiu nas graças dos leitores. Agora é a *Hermenêutica do sujeito*. Particularmente, gosto de insistir na *Arqueologia*, penso que ali há questões fundamentais, bem como em *As palavras e as coisas*. Em sua obra, fica clara a importância da filosofia, a sua preocupação com o pensamento, e uma ética da vida intelectual.

5 **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérgson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos outros. (Nota da **IHU On-Line**)

Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

A biodiversidade gaúcha em risco

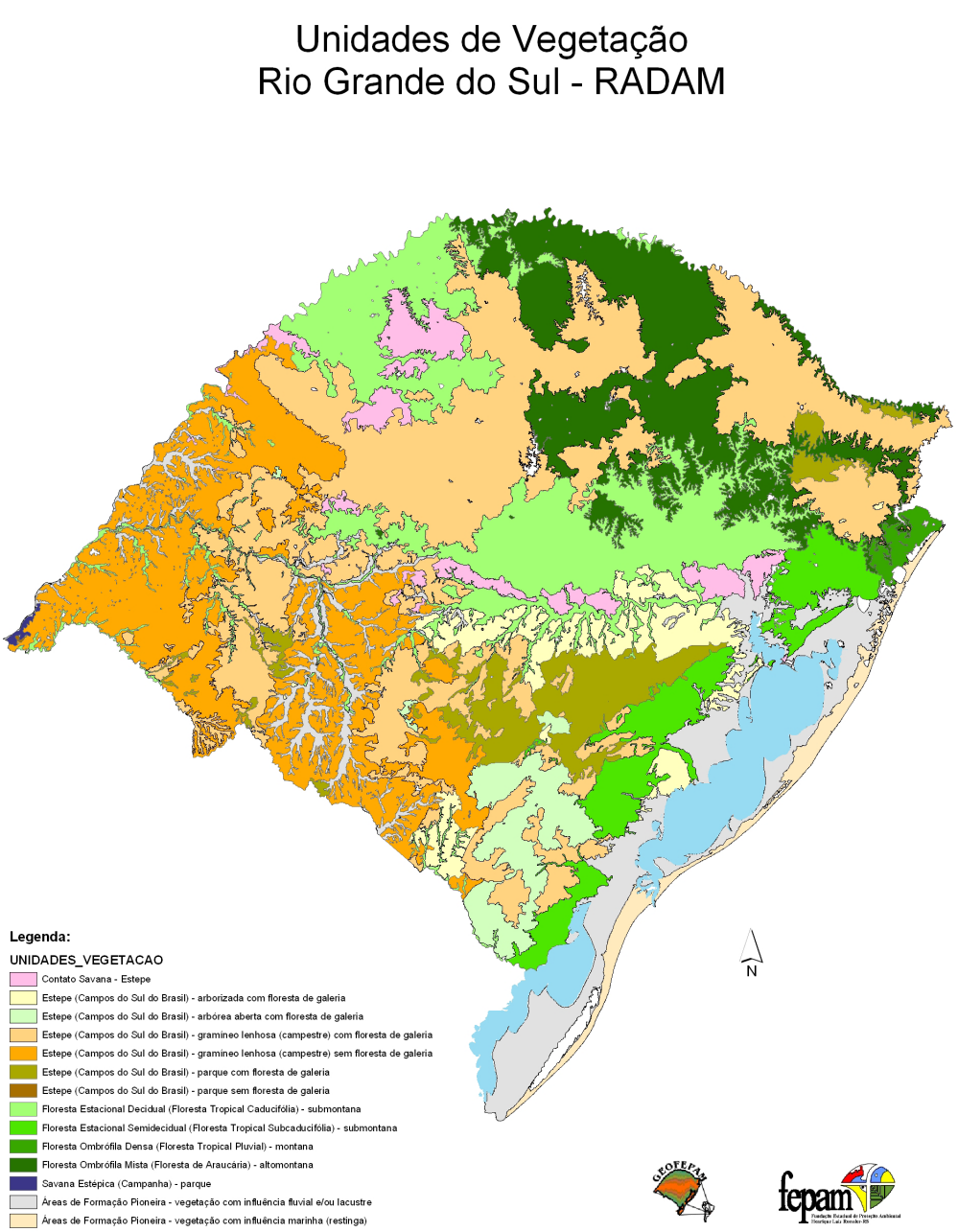
Para Paulo Brack, os governos não têm ideia da magnitude do problema ambiental, inclusive da questão da biodiversidade

Por Graziela Wolfart

Na última semana, a **IHU On-Line** abordou o tema da biodiversidade no Brasil e no mundo. E, na edição de hoje, ampliamos o debate, ouvindo um especialista sobre a biodiversidade no estado do Rio Grande do Sul. O professor Paulo Brack concedeu a entrevista que segue, por telefone, onde defendeu que "hoje os governos e os políticos, em sua maioria, consideram a biodiversidade como um entrave, e essa é uma visão atrasada, que demonstra uma forma imediatista de encarar a situação do ponto de vista do crescimento econômico, destituído de qualquer relação com as questões ecológicas que são fundamentais. A biodiversidade deve ser um tema estratégico, como é hoje a questão da energia, da água e dos alimentos". Paulo Brack refletiu sobre o impacto das monoculturas para a manutenção da biodiversidade, e identificou como um dos problemas mais graves decorrentes delas é que "se está acabando com espécies de alto valor econômico, que são alvo de biopirataria por outros países, que vêm buscar espécies de interesse, como é o caso de frutíferas nativas e das plantas medicinais. Muitas das nossas espécies nativas, centenas delas, já estão sendo utilizadas por países do primeiro mundo, gerando bilhões de dólares lá fora. Enquanto que aqui estamos simplesmente copiando um modelo de monocultura que não dá certo e inclusive causa problemas sociais e econômicos". Para ele, "é muito preocupante hoje não só a falta de sensibilidade governamental, mas a forma de resistência a qualquer tipo de visão de conservação da natureza" . E conclui: "esse chamado 'crescimento econômico' compromete a biodiversidade, porque não leva em conta os limites que são impostos pela natureza".

Paulo Brack é mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Desde 2006, vem fazendo parte da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e também representa o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – Ingá, no Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS – Consema-RS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que caracteriza a biodiversidade do Rio Grande do Sul?
Paulo Brack – O Rio Grande do Sul tem dois biomas, caracterizados pelo IBGE, que é o bioma Mata Atlântica e o bioma Pampa. Porém, dentro de cada um deles, temos ecorregiões, com características particulares. No caso do Pampa, temos uma região chamada Escudo Cristalino Sul-riograndense, ou Serra do Sudeste, uma região belíssima, e com endemismos de flora e fauna, localizada mais na parte centro-sul do bioma. Temos também a zona do litoral, que é a Planície Costeira, e, para o oeste, a região da Campanha. Refiro-me genericamente ao que se chama metade sul, porque o bioma Pampa ocupa praticamente 60% do Estado. Na porção norte, na chamada Mata Atlântica, temos diferentes tipos de formações vegetais e ecorregiões. Ao norte, a floresta estacional do Alto Uruguai tem influência amazônica, com espécies de árvores de grande porte e que se distribuem até próximo do Rio Jacuí, como a grápia e o angico, que perdem as folhas. Na parte nordeste, da Planície Costeira e Litoral Norte, que é a área mais rica do ponto de vista de flora e de fauna, temos a floresta atlântica e as restingas litorâneas, estas em situação crítica de conservação. No caso da floresta atlântica, sua distribuição se dá em todo o litoral do Brasil, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, próximo de Osório, no Paralelo 30 de latitude sul, com árvores que não perdem as folhas,



e com muitas bromélias e orquídeas. Na parte mais alta do planalto, temos a floresta com araucária, junto com campos, que chamam a atenção, pois, na região chamada de Campos de Cima da Serra, os campos existem dentro do bioma Mata Atlântica, sendo também chamados de campos de altitude. No geral, quanto à flora, as florestas, os campos e outros tipos de ecossistemas abrigam mais de cinco mil espécies no Estado, valor equivalente à flora da maior parte dos países da Europa, conjuntamente.

IHU On-Line - Quais as principais mudanças que têm ocorrido na biodiversidade do estado nas últimas décadas?

Paulo Brack – Estamos passando por um processo crítico em relação à biodiversidade no mundo inteiro. Edward Wilson[1], um dos maiores especialistas mundiais no tema, admite que se perdem aproximadamente 30 mil espécies por ano devido a atividades humanas na sociedade moderna. Isso também está acontecendo aqui, e se agravou muito nos últimos anos, inclusive porque várias atividades econômicas estão em processo de expansão acelerada. Esse chamado "crescimento econômico" compromete a biodiversidade, porque não leva em conta os limites que são impostos pela natureza. Os recursos naturais são finitos, limitados, porém, a economia atual parece estar doente. Ela parte do priníipio de que a natureza é infinita. Estamos verificando, no Rio Grande do Sul, uma perda expressiva de espécies. Na fauna do Rio Grande do Sul, temos 261 espécies ameaçadas. Já existem algumas extintas no Estado, como é o caso da harpia, da arara-azul-pequena e da ariranha, entre mais de uma dezena que ocorriam aqui no Estado. Também temos a situação mais recente, da onça, que era encontrada em mais de um município, e hoje é vista só no Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas, e são poucos os indivíduos. A situação é similar com a flora. Por exemplo, o decreto 42.099, de 2002, já assinalava a presença de 607 espécies da flora ameaçada no Estado. Essas duas listas oficiais são de 2002 e não foram mais revistas. Além da economia se expandir de maneira muito acelerada, desconsiderando as particularidades destas ecorregiões, há a necessidade de se ampliar as áreas de preservação. E estamos verificando também que os governos são refratários à ideia de ter programas que impeçam a continuidade desse processo de destruição da biodiversidade. No que toca às ameaças, agregaríamos a questão dos transgênicos, que comprometem as variedades crioulas e deixam o agricultor dependendo de poucas varie-

1 **Edward Wilson** (1929): biólogo norte-americano fundador da Teoria da Sociobiologia. É reconhecido mundialmente por seus estudos sobre insetos – principalmente formigas –, que auxiliam o entendimento dos conceitos ecológicos e genéticos da evolução dos animais e do homem. Em 1979, ganhou o Prêmio Pulitzer com Sobre a Natureza Humana, obra escrita um ano antes. Seja como autor, coautor ou editor, Wilson tem participação em 20 publicações de sua área. Seu livro *A Diversidade da Vida* (1992) é apontado como um dos melhores do século pela Biblioteca Pública de Nova Iorque. Um dos seus livros mais recentes é *O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana* (Rio de Janeiro: Campus, 2002). (Nota da **IHU On-Line**)

dades, dominadas por multinacionais, e seu uso ainda crescente de agrotóxicos.

IHU On-Line - Quem é o maior inimigo da biodiversidade do Rio Grande do Sul?

Paulo Brack – Há um conjunto de atividades ligadas a uma concepção de uma "religião" do crescimento econômico, que impera no mundo inteiro, principalmente pelo capitalismo. A acumulação incessante, sem limite à propriedade, significa que hoje, com o processo de globalização, as grandes empresas cada vez crescem mais, com concentração de capital cada vez maior, provocando um desequilíbrio. Esse desequilíbrio econômico e social está intimamente ligado aos desequilíbrios ecológicos. Hoje não se pode mais separar os aspectos da degradação ambiental dos problemas sociais. Quando da crise econômica de 2008, o governo brasileiro apontou para a possibilidade de incremento de consumo de automóveis, com a redução do IPI. Reduziram esses impostos também para os eletrodomésticos. Por um lado, é claro que as classes menos favorecidas têm direito de ter um nível maior de consumo, adquirir bens etc. Porém, se nos pautarmos em copiar o modelo de produção e consumo do hemisfério norte, vamos precisar de pelo menos três planetas Terra. Esse modelo de produção e consumo de descartáveis e de produtos obsoletos não tem viabilidade e está em esgotamento. Inclusive o aumento dos automóveis particulares está tornando as cidades mais congestionadas, com um trânsito caótico. Não sabemos para onde isso vai. Os governos não têm ideia da magnitude do problema ambiental, inclusive da questão da biodiversidade, usando recursos vultosos para este modelo de esgotamento. No Brasil, o principal meio de financiamento da insustentabilidade é o BNDES. No caso dos políticos, a situação é talvez pior, principalmente aqueles ligados à bancada ruralista, que querem mudar o Código Florestal para seus interesses mais imediatistas e mais degradadores, como aconteceu na legislação ambiental do Estado de Santa Catarina.

> "O desequilíbrio econômico e social está intimamente ligado aos desequilíbrios ecológicos"

IHU On-Line - Como a monocultura da soja e do eucalipto afeta a biodiversidade?

Paulo Brack – Nesse processo de perda incessante de biodiversidade, a destruição e a fragmentação de habitat no ambiente rural estão relacionadas com as monoculturas. Podemos relacionar a perda da biodiversidade e da economia local, devido às monoculturas, pegando o caso da erva-mate e a soja. O Rio Grande do Sul, há cerca de 30 anos, era um dos maiores produtores de erva-mate, espécie nativa e cultivada, sem impactos ambientais, exportada para outros países e para outros estados. Hoje, estamos importando este produto, principalmente porque derrubaram muitos ervais nos últimos anos para a expansão da área de soja. A soja é uma cultura que está comprometendo desde o Pampa até a Amazônia e está criando desertos verdes, desertos de biodiversidade, e prejudicando a saúde do agricultor com o uso de produtos químicos, compactação do solo, perda de recursos hídricos etc. A questão dos grandes plantios de eucalipto e pinus vai na mesma linha, ou seja, a grande escala de produção por meio de monoculturas desconsidera particularidades locais, inclusive alternativas locais de economia que existiam. Na região do Pampa, temos uma série de atividades, como o turismo rural e ecológico, bem como o uso da palha do capim-santa-fé, que é uma cobertura com plantas nativas, que tem um valor agregado enorme, sendo um telhado muito bonito e com conforto térmico para habitações. E essa cultura está desaparecendo. As próprias gramíneas e leguminosas, que são forrageiras nativas, muitas delas utilizadas em outros países, estão desaparecendo rapidamente. Um dos problemas muito graves decorrentes dessas monoculturas é que se está acabando com espécies de alto valor econômico, que são alvo de biopirataria por outros países, que vêm buscar espécies de interesse, como é o caso de frutíferas nativas e das plantas medicinais. Muitas das nossas espécies nativas, centenas delas, já estão sendo utilizadas por países do primeiro mundo, gerando bilhões de dólares lá fora. Enquanto que aqui estamos simplesmente copiando um modelo de monocultura que não dá certo e inclusive causa problemas sociais e econômicos.

IHU On-Line - Existe um sistema de prevenção e manutenção da biodiversidade específica para cada região do estado?

Paulo Brack – A primeira questão fundamental é que se façam diagnósticos do que ainda existe de biodiversidade no Rio Grande do Sul, lembrando que ela é considerável, principalmente a constituída pelas unidades de conservação, que são apenas algumas dezenas as que realmente funcionam. Elas representam hoje 2,6 % do Estado. Somente 0,7% de nosso território é formado por unidades de proteção integral, como parques e reservas, que possuem maior objetivo de conservação porque não permitem uso econômico. Temos além das unidades de conservação de proteção integral as de uso sustentável. Estas são, em geral, muito pouco eficientes do ponto de vista de conservação. No caso das unidades de proteção integral, pelo menos 30% ainda não foram implementadas. Há décadas essas unidades de conservação estão esperando que o poder público tome providências. Podemos citar o caso do Parque Nacional Aparados da Serra, que espera há 50 anos para terminar o processo de desapropriação, ou seja, o pagamento aos proprietários por terras agora convertidas em conservação. O valor aqui é de 10 milhões de reais, o que equivale a uma milésima parte do montante que o governo federal quer gastar com a compra de caças modernos, da França, para a "defesa nacional". E a defesa da biodiversidade? Além do problema da falta de recursos e de vontade política para a im-

plementação de parques e reservas, a maioria destes não tem um plano de gestão adequado tanto a nível estadual como federal. E, além do diagnóstico da biodiversidade do estado, bem como a questão da avaliação das unidades de conservação, também tínhamos que fazer um monitoramento das espécies ameaçadas e, ao mesmo tempo, atualizarmos essas listas. Porém, os governos são refratários a esse tema e tentam refutar qualquer argumento que levante essa questão. É muito preocupante hoje não só a falta de sensibilidade governamental, mas a forma de resistência a qualquer tipo de visão de conservação da natureza. E, além disso, a expansão de atividades impactantes como grandes empreendimentos imobiliários fechados e imensas barragens hidrelétricas e de irrigação, por exemplo, está comprometendo o pouco que restou de nossa biodiversidade, com o incentivo de programas governamentais e com muita pressão sobre os técnicos da área ambiental e a Justiça, para a liberação indiscriminada de atividades econômicas.

IHU On-Line - Em que medida as alterações climáticas do Rio Grande do Sul alteram a biodiversidade do estado?

Paulo Brack – No ano passado, o mês de abril foi o mês mais seco nos últimos 80 anos, enquanto que novembro foi o mês que choveu mais nos últimos cem anos. A instabilidade climática estava prevista pelos relatórios do IPCC, que tem suas previsões sendo cada vez mais confirmadas e até superadas por outras mais catastróficas, como a questão do aumento do nível do mar relacionado ao aquecimento global e ao derretimento das calotas polares. A previsão é de que tenhamos, até o final do século, um aumento de um a três metros de altura no nível do mar. Isso é trágico para os ecossistemas costeiros e para milhões de pessoas que moram nestas zonas. Até Porto Alegre poderia sofrer com isso. A temática tem que ser vista de maneira mais global, incluindo a questão humana, que sofre as mesmas consequências desse modelo de esgotamento,

> **"Se nos pautarmos por copiar o modelo de produção e consumo do hemisfério norte, vamos precisar de pelo menos três planetas Terra"**

ou "modelo de desenvolvimento", que está destruindo a natureza e causando uma enorme incógnita quanto ao futuro das novas gerações.

IHU On-Line - É possível pensar em um resgate da biodiversidade através da expansão de sementes crioulas?

Paulo Brack – A FAO assinala uma perda crescente e impressionante de variedades de culturas agrícolas. Uma das formas de proteção à agrobiodiversidade é, justamente, mantermos as sementes crioulas, como o milho, as diferentes variedades de feijão, de arroz, de hortaliças, e de raízes, como a mandioca, adaptadas e abrigadas pelos pequenos agricultores, que têm papel fundamental no resguardo da riqueza da biodiversidade saudável que chega aos nossos pratos. A agricultura familiar camponesa resiste ao modelo de monocultura agrícola, não só por manter variabilidade genética dessas culturas, mas principalmente por desenvolver a agroecologia e a maior sustentabilidade da vida. Os centros de pesquisa, em especial os governamentais, deveriam trabalhar muito mais com os pequenos agricultores e não mais tanto para o modelo da agricultura de exportação e para um agronegócio sem futuro. Atualmente, ao contrário, a maior parte das pesquisas governamentais continuam a reboque do modelo de monoculturas, e com o agravante do uso indiscriminado das sementes geneticamente modificadas. Porém, hoje é necessário que se faça uma análise da situação da biodiversidade mundial e local, já que celebramos, neste 2010, o Ano Internacional da Biodiversidade, designado pela ONU. Não podemos mais, simplesmente, lamentar a situação. Temos que tomar providências, sensibilizando governos e políticos, e, ao mesmo tempo, mudar nossa relação com a natureza e entre nós mesmos, principalmente trabalharmos mais com educação ambiental. Além de traçarmos um diagnóstico, mais amplo possível, devemos projetar os cenários que queremos, e não aqueles que nos são impostos. No dia 22 de maio, realizaremos um evento alusivo ao Dia Internacional da Biodiversidade, na UFRGS, e queremos desencadear aqui uma discussão sobre o estado da biodiversidade no Rio Grande do Sul, e, ao mesmo tempo, discutir políticas públicas para 2012, na Rio+20 (vinte anos depois da Rio92). Inclusive, o governo brasileiro assinalou a possibilidade de se realizar essa conferência no Brasil. Entretanto, quase tudo o que vale agora, infelizmente, é a Copa do Mudo de 2014. Mas não podemos esperar pelos governos, pois, eles vão fazer o mínimo possível se não houver pressão da sociedade. E temos o papel de pressioná-los para que tenhamos, por exemplo, metas de alcance em relação às unidades de conservação no Estado. Teríamos que dobrar o valor delas nos próximos cinco anos. Outro aspecto importante seria revermos a lista da flora e fauna ameaçada no Rio Grande do Sul urgentemente, e também viabilizarmos modelos de ocupação da terra, de uso da terra de forma menos predatória e mais sustentável, considerando-se a biodiversidade como elemento-chave, estruturante e com inclusão social. Temos que colocar a biodiversidade como elemento chave para o desenvolvimento, no aspecto mais amplo possível da palavra. Hoje, os governos consideram a biodiversidade como um entrave, e essa é uma visão atrasada, que demonstra uma forma imediatista de encarar a situação do ponto de vista do crescimento econômico, destituído de qualquer relação com as questões ecológicas que são fundamentais. A biodiversidade deve ser um tema estratégico, como é hoje a questão da energia,

da água e dos alimentos. Do ponto de vista das políticas públicas, temos que encontrar alternativas do uso sustentável, tanto dos ecossistemas do bioma Pampa, no uso sustentável do campo, como aqueles florestais da Mata Atlântica. É vital para isso o incremento do uso de frutas nativas, em especial o da polpa (açaí) da palmeira-juçara, até o cultivo de árvores nativas, inclusive produtoras de celulose. E é importante que se criem mais áreas protegidas no Pampa e que a pecuária nos campos nativos do Rio Grande do Sul seja considerada prioritária, principalmente a pecuária familiar. Que se aumente a produtividade da pecuária, com a manutenção deste campo nativo, que é muito mais biodiverso e produtivo, se bem manejado, do que a atividade agrícola como a soja, ou mesmo o plantio de forragens artificiais. Isso deve ser feito rapidamente, pois as pastagens nativas estão desaparecendo, convertidas em monocultivos de campos artificiais, agricultura e silvicultura, em grande escala. Obviamente, isso passa por mudança de paradigma, por muita pesquisa e resgate de conhecimentos tradicionais, com vontade política dos governos e da sociedade. Sem uma articulação estadual e nacional, que coloque essa questão da biodiversidade no centro da discussão, em outro paradigma, infelizmente não vamos longe. Mas, aproveitemos o Ano da Biodiversidade para começar a reverter este processo.

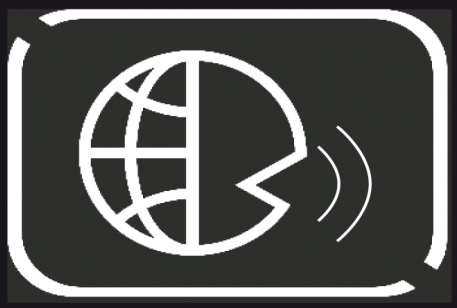
Leia Mais...

>> Paulo Brack concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

* *Quando a crise representa um avanço*. Entrevista publicada em 26-3-2009 nas **Notícias do Dia** e disponível no link http://bit.ly/aYzcAl;
* *Zoneamento ambiental do RS: um faz-de-conta*. Entrevista publicada nas **Notícias do Dia** em 23-4-2008 e disponível em http://bit.ly/dr3Zud;
* *O Pampa gaúcho é alvo de biopirataria*. Edição número 247, intitulada *O Pampa e o monocultivo do eucalipto*, publicada em 10-12-2007, disponível em http://bit.ly/9Lb7tt;
* *Copenhague: uma convenção para além de ''boas intenções''?* Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 312, de 26-10-2009, disponível em http://bit.ly/ccevAY

Acesse outras edições da IHU On-Line.

Elas estão disponíveis na página eletrônica www.ihu.unisinos.br



Contrapartida social

Por Ana Maria Oliveira Rosa*

Pensar a dimensão societária enquanto moeda pode mascarar situações que nem sempre permitem os melhores resultados para todos. A contrapartida social pode ser um benefício imediatista, portanto nem sempre o mais proveitoso. É necessário atenção e cuidado para que não observemos apenas aspectos superficiais e possamos também evoluir através da construção de conhecimento, encontrando alternativas que possam superar as aquisições já dadas.

Em diversas ocasiões, verifica-se a circulação de uma moeda que é invisível e imaterial, no entanto, muitas vezes mais implicante na política e na economia do que outras, até mesmo do que a própria moeda financeira. Uma moeda que circula em diversos espaços, englobando os diferentes grupos sociais. É a contrapartida social.

Contrapartida social seria a oferta de serviços ou ações que empresas, universidades ou governos deveriam incluir em seus planejamentos para gerar benefícios para as comunidades envolvidas ou dos arredores dessas instituições. É uma espécie de troca social que está além da produção e distribuição dos bens materiais ou imateriais que cada organização produz.

Para um olhar primário, pode parecer uma questão até mesmo de cidadania, interessante para a sociedade, benevolente e digna da criação de uma legislação específica que a solicite como regra. Porém, se pesarmos nessa moeda como algo a ser retirado de um lado e passado para o outro, nem sempre a benevolência é o melhor caminho.

Pensando na iniciativa privada, não poderíamos dizer que os produtos comercializados por uma empresa, em primeira instância, já são parte de uma troca social? Dessa forma, quando estamos solicitando que essa instituição forneça à sociedade mais benefícios do que sua própria produção, poderíamos dizer que a estamos *sobretaxando* – aumentando a necessidade de benefícios sociais em troca de permitir que essa empresa continue atuando. Mas, nessa mesma linha de raciocínio, devemos observar com cuidado o que seria mais proveitoso para a comunidade em geral: uma empresa que tenha princípios claros, como produção limpa, salários dignos e benefícios para os funcionários,

* Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduada em Assessoria Linguística pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) e participante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), apoiado pela Ford Foundation. E-mail: <anamariaoliveirarosa@yahoo.com.br>.

pode onerar-se demasiadamente para cumprir com a demanda da contrapartida social, acabando por prejudicar sua linha de gerência, sendo necessário que pratique um capitalismo mais agressivo. Então, podemos permitir que uma empresa pratique um capitalismo selvagem em troca de um projeto que ensine as crianças de uma creche comunitária a escovar os dentes, doando, é claro, pastas e escova de dentes para todos?

Mas o que parece extraordinariamente errôneo na lógica da contrapartida social é englobar instituições como universidades e empresas privadas no mesmo "saco de farinha". Se as empresas já deveriam ser vistas como instrumentos para auxiliar o social, por si mesmas, sem projetos agregados, as universidades e seus grupos de pesquisa deveriam ser vistos como um nicho de excelência, onde se está desenvolvendo um caminho melhor para a humanidade.

Uma sociedade que não se conhece é uma sociedade sem rumo. É preciso que haja parceria entre a(s) comunidade(s) e nossas instituições de pesquisa para que esse conhecimento seja planejado e difundido. O tratamento dado aos pesquisadores, observados como usurpadores de conhecimento, parte da falta de perspectivas das comunidades que são procuradas como foco de pesquisa. Apesar disso, percebe-se que é esse tipo de entendimento que permeia os diversos espaços sociais.

"Queremos que a resultante das pesquisas seja algo positivo, porém não necessariamente imediato"

Há uma cobrança muito forte da sociedade em relação às instituições de ensino, especialmente as particulares, buscando a devolução do conhecimento gerado para o todo social. No entanto, o desenvolvimento de pesquisas nem sempre é compatível com o diálogo – algumas etapas são solitárias e exigem que os pesquisadores utilizem um determinado tempo de estudos encerrados em seus gabinetes para que depois possam efetivamente comunicar algo ao cidadão comum, e até mesmo aos seus pares.

É certo que o conhecimento deve circular, e nesse processo todos saem ganhando, no entanto, é preciso que se compreenda que a função social das instituições, e especialmente das universidades, possui um valor específico, independentemente de quanto tempo seja necessário para que esse valor consiga percorrer as ruas das cidades. Os estudos e atividades desenvolvidas nos centros de pesquisa poderão dar fôlego para que novas alternativas sejam geradas, em prol do bem comum. Todos os estudos realizados têm alguma pertinência, pois nos permitem conhecer mais sobre a(s) realidade(s) em que vivemos, e é somente a partir desse tipo de conhecimento que será possível planejar um futuro melhor para o Brasil.

Dessa forma, exigir que haja permanente circulação do conhecimento gerado nas universidades como parte da contrapartida social que deve ser entregue à sociedade é implicar no desenvolvimento de processos. Corroborar com a necessidade de devolver conteúdos antes mesmo de que sejam gerados é pedir que os pesquisadores entreguem respostas imediatistas e pouco concretas. Ao serem impelidos a comunicarem-se, esses trabalhadores da ciência acabam limitados em seus espaços de estudo e pensamento aprofundado.

É preciso que haja compreensão e parceria entre universidade e comunidade: a contrapartida social já está inserida no trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, mesmo que, aparentemente, a interação com a sociedade limite-se a aquisição de dados para a composição das pesquisas. Se estamos buscando melhorias para todos, não podemos permitir que esse tipo de moeda seja limitante de processos como para o avanço do conhecimento. Queremos que a resultante das pesquisas seja algo positivo, porém não necessariamente imediato.

Curso de Especialização na Unisinos

Estratégias e Processos em Televisão Digital
Início:14 de maio de 2010
Coordenação: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos e Prof. MS. Paola Madeira Nazário
Informações: Secretaria das Especializações - Ciências da Comunicação
Fone: (51) 3590-8131 / (51) 3012-1383
www.unisinos.br/educacaocontinuada

Inscrições abertas

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 13-4-2010 a 16-4-2010.

Belo Monte. Um projeto que deve ser cancelado
Entrevista com Guilherme Zagallo
Confira nas Notícias do Dia 13-4-2010
Disponível no link http://migre.me/xTwz

Em 6 de abril foi divulgado o relatório Missão Xingu: Impactos socioambientais e violações de direitos humanos no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Um dos relatores do documento fala sobre as violações deste projeto aos direitos humanos e os seus impactos para a população e o ambiente local.

Feminismo: pluralismo, diferenças e concepções
Entrevista com Helena Hirata
Confira nas Notícias do Dia 14-4-2010
Disponível no link http://migre.me/xTy9

Em *Dicionário Crítico do Feminismo* (São Paulo: UNESP, 2010), a socióloga busca dissecar termos relacionados ao mundo das mulheres e, assim, mostrar os significados de questões como opressão, dominação masculina, aborto e contracepção, assédio sexual, prostituição, maternidade e movimentos feministas. "A relação entre homens e mulheres oculta uma questão importante que é a hierarquia social", aponta.

Amazônia. 2015, desmatamento zero
Entrevista com João Talocchi
Confira nas Notícias do Dia 15-2010
Disponível no link http://migre.me/xTA5

Está prevista, para o final deste ano, a próxima Cúpula do clima. Cancun, no México, receberá pesquisadores, governantes e todos aqueles interessados no tema para discutir o futuro do planeta. O objetivo é que agora se consiga produzir um acordo global com ações efetivas para combater as mudanças climáticas, diferente do que aconteceu em Copenhague, cujo resultado foi considerado um desastre com um acordo que não muda nada.

A pedofilia e a questão do celibato
Artigo de Nazir Hamad
Confira nas Notícias do Dia 15-4-2010
Disponível no link http://migre.me/xTOn

"Pode-se ser pedófilo tanto dentro da Igreja como fora dela. O pedófilo pode ser tanto um clérigo seguindo a regra do celibato, como um leigo, casado e pai de vários filhos", escreve o psicanalista libanês radicado na França. Segundo ele, "um adulto que trabalha com crianças cai nisso que Ferenczi chama de confusão de linguagens".

"A falta do pai é sempre prejudicial"
Entrevista com Rubens de Aguiar Maciel
Confira nas Notícias do Dia 16-04-2010
Disponível no link http://migre.me/xTLd

"Há um grande desconhecimento em relação à importância da função paterna dentro da família. Nas relações entre mãe e pai, existe uma dinâmica que é alterada com a vinda de um filho. Por outro lado, o pai tem uma função muito importante na formação da personalidade e no aspecto emocional da criança", afirma o psicanalista. Ele comenta as transformações que o papel do pai vem sofrendo nas últimas décadas.

Leia as Notícias do Dia em

www.ihu.unisinos.br

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 22/4/2010
Pré-lançamento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade. As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos Guarani Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins – PPGH/Unisinos Local: Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros – IHU Horário: 17h30min às 19h
Dia 24/4/2010
Oficina de Espiritualidade Inaciana Local: Local: Centro Burnier Fé e Justiça Rua Pe. Remeter, 92 - Bairro Baú Cuiabá, MT Horário: 7h30min às 12h30min
Dia 26/4/2010
Ciclo de Palestras: Perspectivas socioambientais e econômicas do Brasil 2010 - 2015. Limites e Possibilidades Perspectivas sociais e econômicas para o Brasil 2010-2015 – impasses e possibilidades Dr. Márcio Pochmann – IPEA/DF Local: Anfiteatro Pe. Werner - Unisinos Horário: 20h
Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010 MALTHUS e RICARDO: duas visões de economia política de capitalismo
EAD - Espaço de Espiritualidade I - ABRIR OS OLHOS (5ª Edição) ETAPA 3: OLHAR AO NOSSO REDOR

Perspectivas sociais e econômicas para o Brasil 2010-2015 – impasses e possibilidades

Palestra com o economista Márcio Pochmann – IPEA/DF

Data: 26-4-2010
Horário: Das 20h às 22h
Local: Anfiteatro Pe. Werner

Informações em www.ihu.unisinos.br

Eventos

Malthus e Ricardo: economia política e capitalismo

Por Graziela Wolfart

Com a crise financeira internacional que abalou o mundo, é comum ouvirmos falar na crise do capitalismo, pelo menos na forma como o conhecemos até então. E para nos ajudar a entender os movimentos que esse sistema produz em nossos dias, uma alternativa é ouvir a voz dos grandes clássicos da Economia, que nos inspiram a pensar em rumos futuros a partir da trajetória já construída. Afinal, clássicos são sempre contemporâneos.

Nesse sentido, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU promove um ciclo de estudos, ministrado na modalidade de ensino à distância, sobre os grandes clássicos da Economia. O segundo módulo tem início na próxima segunda-feira, dia 26 de abril, onde se estudará sobre os economistas Thomas Malthus e David Ricardo, a partir do tema "duas visões de Economia Política e de Capitalismo". Aos que desejam uma base sobre os autores em estudo, o texto de referência sugerido é de Gentil Corazza, publicado nos **Cadernos IHU ideias**, nº 39, de 2005. Disponível em http://bit.ly/afxsNi

Outros autores estudados no ciclo são Adam Smith, Karl Marx, Max Weber, Thorstein Veblen, John Keynes, Joseph Schumpeter e Michael Aglietta, permitindo ao participante conhecer e refletir sobre a viabilidade de suas aplicações na solução de problemas de nossa época.

Questionado pela **IHU On-Line** a refletir sobre as principais contribuições de Malthus e Ricardo para o pensamento econômico, o professor da Unisinos Achyles Barcelos da Costa afirma que "David Ricardo[1], assim como Smith[2], estava preocupado com o crescimento econômico. Mas o seu objeto principal de estudo era saber como a riqueza produzida na sociedade se distribuía entre o que ele considerava ser suas classes sociais: proprietários fundiários, capitalistas e trabalhadores. Para Ricardo, os proprietários de terra assumiriam fatias crescentes da renda nacional devido aos diferenciais de fertilidade do solo, os trabalhadores viveriam ao nível de subsistência, e os capitalistas veriam minguar os seus lucros". Achyles lembra que, na obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, que apareceu inicialmente em 1817 e com publicação definitiva em 1821, Ricardo, por conta de sua análise da distribuição da riqueza, "apresenta uma visão sombria da sociedade, a qual tenderia, segundo ele, a um estado estacionário. Ricardo foi um dos primeiros economistas a se preocupar com os efeitos do progresso técnico sobre o emprego da força de trabalho. No seu livro, dedicou ao assunto um capítulo intitulado: 'Sobre a maquinaria'". Segundo o professor Achyles, "outra contribuição importante de Ricardo é sua teoria das vantagens comparativas, em que cada país deveria se especializar no comércio internacional na produção daqueles produtos em que tivesse vantagem relativa".

A **IHU On-Line** ouviu também a opinião do professor Fernando Lara, da Unisinos, sobre o mesmo autor. Para ele, David Ricardo, dentre os economistas políticos clássicos, "pode ser

1 **David Ricardo** (1772 - 1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O **Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010,** em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite http://migre.me/xQsg. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu, em 2005, o **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência **A atualidade do pensamento de Adam Smith**. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 133, de 21-03-2005, disponível em http://migre.me/xQmm. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do **Cadernos IHU ideias**, de 21-07-2005, intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em http://migre.me/xQnc. Smith foi o tópico número **I do Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia – Edição 2009**, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O **Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010,** em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Para conferir a programação do evento, visite http://migre.me/xQsg. (Nota da **IHU On-Line**)

considerado como aquele que exerceu mais forte influência sobre a teoria econômica posterior. Autores situados em extremos opostos no que diz respeito ao desenvolvimento da teoria econômica (como Marshall[3] e Marx[4], por exemplo), apontam Ricardo como seu predecessor, ainda que de formas diversas. A lei dos rendimentos decrescentes na agricultura, a teoria do valor-trabalho e as hipóteses sobre os ganhos mútuos do comércio internacional são exemplos de ideias formuladas por Ricardo que seguem exercendo influência sobre diferentes escolas de pensamento". As obras completas de Ricardo, organizadas por Sraffa[5] e publicadas em 1950, continua Lara, "trouxeram novas luzes ao trabalho deste economista político, por esclarecerem a importância do princípio do excedente na tradição da economia política clássica".

Achyles Barcelos comenta também a importância de Thomas Robert Malthus[6] que foi contemporâneo de Ricardo e manteve com ele troca de ideias. "Malthus é conhecido principalmente por sua polêmica obra intitulada um *Ensaio sobre a População*, publicada em 1798. Nesse escrito, o autor chama a atenção para o destino pobre e cruel a que estaria destinada a sociedade devido à ação de duas leis. Uma delas seria a tendência que ele considerava inerente ao ser humano – particularmente das camadas mais pobres da sociedade – de se reproduzir incontrolavelmente, fazendo com que a população crescesse a taxas geométricas. A outra lei atuaria sobre a produção de alimentos, que estaria sujeita a rendimentos decrescentes, aumentando apenas aritmeticamente. Esses dois ritmos diferentes teriam como resultado uma quantidade de alimentos incapaz de prover a todos na sociedade. Embora seus argumentos viessem a sofrer questionamentos, inegavelmente, esse ensaio marcou o debate na sociedade sobre o controle populacional". Para o professor Achyles, Malthus, em outra obra, *Princípios de Economia Política*, "preconizava gastos, que poderiam ser considerados supérfluos, para complementar a chamada 'demanda efetiva', o que viria a influenciar um economista famoso no século 20: John Maynard Keynes".

Já na visão do professor Fernando Lara, "o estudos de Malthus acerca da relação entre a dinâmica de crescimento da população e as possibilidades limitadas de produção de alimentos levaram este pensador a uma visão um tanto pessimista a respeito do futuro da sociedade humana, bem como a recomendações um tanto polêmicas sobre o controle do crescimento populacional". No contexto da teoria econômica, entretanto, o 'princípio da população' de Malthus, continua Lara, "torna-se fundamental ao ser adotado por David Ricardo em sua argumentação acerca da gravitação dos salários reais dos trabalhadores em torno de um nível de 'subsistência'". E o professor conclui: "Malthus é também considerado por muitos como precursor do princípio da demanda efetiva, desenvolvido e amplamente difundido posteriormente por Keynes, devido aos seus questionamentos a respeito da validade da 'lei dos mercados de Say'".

Para obter mais informações sobre o Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, acesse http://bit.ly/cJSR6a

3 **Alfred Marshall** (1842-1924) considerado um dos economistas mais influentes de sua época. Sua principal obra, *Principles of Political Economy*, de 1890, trouxe as teorias da fonte e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. O Instituto Humanitas Unisinos, através do evento **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, promoveu a palestra *A era industrial e a contribuição de Marshall*, em 05-10-2005, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, ministrada pela Profª. Drª. Maria Aparecida Grandene de Souza, da UFRGS, e no dia 20-10-2005, na Unisinos, pela Profª. Drª. Ana Lucia Gonçalves da Silva – UNICAMP/SP. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Karl Heinrich Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em http://migre.me/s7lq. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em http://migre.me/s7lF. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Piero Sraffa** (1898-1983): economista italiano, marxista, amigo de Antonio Gramsci, foi levado por Keynes a Cambridge nos anos 1920. Sua crítica da teoria de Marshall influi em muitos economistas, entre eles a economista inglesa Joan Robinson. Piero Sraffa é considerado um dos gigantes da economia do século XX. **Suas principais obras são** *The Works and Correspondence of David Ricardo* (1951) e *Production of Commodities by means of Commodities, Prelude to a critique of Economic Theory* (1960). **Também escreveu sobre inflação**, moeda e bancos. Sobre Sraffa o IHU promoveu, em 10-05-2006, o evento **Quarta com Cultura Unisinos - Repensando os Clássicos da Economia**, na Livraria Cultura, em Porto Alegre. A palestra esteve a cargo da Profª. Drª. Maria Heloisa Lenz, da FEE. A mesma atividade foi trazida ao **II Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, na Unisinos, em 17-05-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Thomas Robert Malthus** (1766-1834): economista britânico. Conhecido por seus estudos sobre a população, afirma que o excesso populacional era a causa de todos os males da sociedade (população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética). Essas ideias estão contidas nas obras *Primeiro ensaio* e *Segundo ensaio*. Suas obras exerceram influência em vários campos do pensamento e forneceram a chave para as teorias evolucionistas de Darwin e Wallace. (Nota da **IHU On-Line**)

Participe dos eventos do IHU
www.ihu.unisinos.br

Pochman debate panorama social e econômico do Brasil

Por Márcia Junges

Para tratar do panorama social e econômico do Brasil, a Unisinos recebe, no dia 26 de abril, o economista e presidente do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Márcio Pochmann. A palestra "Perspectivas sociais e econômicas para o Brasil 2010-2015 – impasses e possibilidades" acontece no dia 26 de abril, no Anfiteatro Pe. Werner, das 20h às 22h.

A conferência do presidente do IPEA integra um ciclo de palestras promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que, neste ano eleitoral, discutirá as perspectivas sociais, econômicas e ambientais do Brasil na década 2010-2020.

Em recente entrevista à **IHU On-Line**, Pochmann tratou da reestruturação do capitalismo brasileiro e taxou o Estado como ativo e criativo. Sobre um estudo do IPEA, que aponta para a diminuição do número de pessoas de baixa renda, até 2016, Pochmann se mostra esperançoso. "A partir desse modelo econômico, é possível chegarmos ao início da segunda década, eliminando a pobreza extrema. Porém, isso não significa que estaremos vivendo num país sem desigualdade", explica.

Buscando conscientizar a sociedade sobre as distorções da realidade econômica existente, a atividade é baseada na campanha da fraternidade 2010, que aborda o tema "Economia e Vida". O evento é gratuito e aberto a toda a comunidade acadêmica.

Confira abaixo as entrevistas que Márcio Pochmann concedeu ao IHU.

* *Haverá desemprego mesmo se a economia crescer 4% ao ano*. Entrevista especial com Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xQYP

* *Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho*. Entrevista especial com Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xQZg

* *O efeito dominó da crise financeira internacional*. Entrevista especial com Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xQZT

* *Brasil, o país das oportunidades perdidas*. Uma entrevista especial com Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xR0j

* *Brasil: uma sociedade polarizada entre muitos ricos e muitos pobres*. Entrevista de Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xR0O

* *"O IPEA é, e continuará sendo, plural e autônomo"*. Entrevista com Marcio Pochmann, disponível em http://migre.me/xR17

As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani

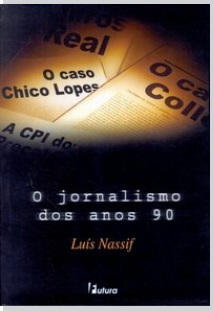
Por Márcia Junges

"Nem sempre dispomos das informações suficientes para melhor ajuizar elementos importantes da cultura das sociedades autóctones da América, que foram conquistadas-colonizadas pelos europeus desde finais do século XV". A afirmação é da historiadora Maria Cristina Bohn Martins. Ela é a conferencista desta quinta-feira, 22-04-2010, no **IHU Ideias, pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU – A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade,** que acontece de 25 a 28-10-2010, na Unisinos. O tema em discussão é **As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani.** O debate conduzido por Maria Cristina antecipa ideias que serão aprofundadas em outubro, quando a comunidade acadêmica terá a oportunidade de conhecer mais aspectos sobre a experiência missioneira jesuítica nos 400 anos da fundação das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai.

Em entrevista à edição 324 da Revista **IHU On-Line**, Maria Cristina assinalou que algumas sociedades, "especialmente as mesoamericanas, desenvolveram complexas redes comerciais, existindo, em suas cidades, grandes e movimentados mercados." Outras sociedades, continua a historiadora, "desenvolveram formas econômicas impensáveis para a lógica européia, em que bens e serviços circulavam através de mecanismos que não o mercado, criando o que Temple e Melià qualificam como um quid-pro-quo histórico. Isto é, uma incompreensão relativamente a uma economia em que a produção e a circulação envolviam estratégias peculiares de prestação e contraprestação de obrigações, de bens com valores de uso ou simbólicos".

Em 26-10-2010 a historiadora realiza outra exposição de suas pesquisas históricas ao falar sobre **"Misiones" e "Pueblos de Índios": o império nas fronteiras**. A programação completa do **XII Simpósio Internacional IHU – a Experiência Missioneira: território, cultura e identidade** pode ser conferida em http://migre.me/xRx6.

Sala de Leitura



>> **NASSIF, Luís.** *O jornalismo dos anos 90.* (São Paulo: Futura, 2003).

"Estou lendo O jornalismo dos anos 90, de Luís Nassif. Publicado em 2003, o livro aborda as mudanças recentes da imprensa brasileira. Condena o jornalismo niilista, que considera esgotado, e analisa, de modo crítico, momentos e episódios marcantes da imprensa. Entre outros, aborda temas como o marketing da notícia, o uso de inquéritos, grampos e dossiês, o esquentamento das manchetes. Sugere procedimentos e práticas para a cobertura jornalística em tempos complexos, e afirma que a imprensa brasileira precisa se redescobrir".

Pedro Osório, professor na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos

>> **ANDERSON, Benedict.** *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. (São Paulo: Cia das Letras, 2008)

"Há menos de dois anos, a Cia das Letras reeditou uma obra que é fundamental para a historiografia contemporânea. Trata-se de Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo, do professor emérito da Universidade de Cornell, Benedict Anderson. O autor é um especialista na política e na história da Indonésia e Sudeste Asiático e, neste texto, busca 'deseuropeizar' a reflexão teórica sobre o nacionalismo. Um capítulo, especificamente, (Criollos americanos) reflete sobre a originalidade dos movimentos de independência nas Américas. A obra, publicada em numerosas línguas, é considerada uma das mais influentes produções no contexto da história e das ciências sociais sobre este tema sempre atual".

Maria Cristina Bohn Martins, professora na Unidade de Ciências Humanas da Unisinos

XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade - Informações em www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Rogério Lessa Horta

Por Márcia Junges e Patrícia Fachin | Fotos Arquivo Pessoal

Nascido numa família com avô, pai e irmão médicos, Rogério seguiu esses passos e fez da Medicina a sua opção profissional. Atuações em clínica, carreira acadêmica e um vínculo forte com a saúde coletiva fazem desse pelotense de coração um médico que vive intensamente o compromisso de cuidar da saúde das pessoas. Conheça um pouco mais a respeito da trajetória do professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos, na entrevista que segue, concedida, pessoalmente, à **IHU On-Line**.

Origens - Nasci em Belo Horizonte. Em 1966, meu pai, que era médico anestesista recém-formado, foi convidado para lecionar na Universidade Católica de Pelotas - UCPel, que havia criado o curso de Medicina. Um colega dele, que já estava em Pelotas, o havia indicado para professor de farmacologia. Antes, meu pai trabalhava com pesquisa em fisiologia humana na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Eu tinha apenas 1 ano quando nos mudamos para Pelotas. Por isso, sou praticamente pelotense. Minhas memórias de infância se passaram nessa cidade. De Belo Horizonte, guardo as histórias de família e vínculos com amigos e parentes. Meus melhores amigos estão em Pelotas. Meu primeiro clube de futebol foi o Brasil de Pelotas. Sou xavante até hoje.

Família - Tenho um irmão mais velho, o Bernardo, que é médico epidemiologista, professor na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Tenho mais três irmãs: Cristina e Lúcia, psicólogas, e Raquel, advogada.

Casamento - Sou casado pela segunda vez. Tenho duas filhas, uma de cada matrimônio. A mais velha, Bruna, mora em Curitiba e estuda Medicina na Universidade Positivo. Será a quarta geração de médicos da família. Helena, a mais nova, tem 16 anos. Atualmente seu grande projeto é o intercâmbio que irá fazer na Califórnia, por três semanas, para estudar inglês. No ano que vem, ela inicia a preparação para o vestibular.

Amigos de infância - Até hoje mantenho contato com um grupo de 5 amigos de infância. Somos muito próximos, embora dispersos: um vive em Taquara, outro, em São Paulo, outros dois, em Pelotas, e eu, em Porto Alegre e São Leopoldo. Desse grupo, três optaram pela Medicina. A essa turma se juntou um sexto amigo, pessoa extremamente importante até hoje. Ele também é médico.

Estudos e Trabalho - Fiz o segundo grau em curso Técnico em Química. Na UFPel, cursei Medicina. Meu percurso na graduação misturou clínica médica, saúde coletiva e um pouco de epidemiologia. Lá, conheci o Professor Juvenal, meu colega hoje aqui no mestrado. Fiz residência em Psiquiatria. Naquela época, a residência incluía uma carga horária importante de atendimento a postos de saúde, as atuais Unidades Básicas de Saúde. Era uma formação que incluía o que eu havia feito antes, na medicina social, hoje chamada de saúde coletiva.

Influências - O acesso à informação e à educação foi fundamental na minha carreira e escolha de vida. Devo isso aos meus familiares. Meu avô, falecido um pouco antes de eu nascer, é uma figura importante para mim. Soube de várias histórias e episódios a seu respeito, que me marcaram muito. Meu pai, igualmente, tinha um papel importante em Pelotas, sobretudo pela época e porque se tratava de uma cidade do interior do Estado. Ele era muito valorizado e certamente isso pesou na minha escolha por fazer Medicina. Além disso, havia duas universidades em Pelotas, e todo um movimento em torno do curso. Inegavelmente, há o prestígio dessa carreira, outro atrativo. A diversidade de oportunidades também faz diferença, pois dá a chance de se trabalhar em várias atividades diferentes. Isso dá liberdade de trânsito entre o público, o privado, o acadêmico, a pesquisa. Esse conjunto de fatores construiu a minha escolha.

Médico do Exército - Em 1993, vim para Porto Alegre para fazer a formação no CEAPIA, em Terapia de Família. Vim para trabalhar como psiquiatra no hospital do Exército, onde havia o desafio de reduzir custos para a instituição. Ali atuei por quatro anos. Foi uma experiência bastante rica. No Exército, eu tinha condições de realizar a profissão com uma qualidade razoável e regime de trabalho flexível. Havia oportunidade de estudar e fazer outros projetos. Só saí de lá quando iniciei meu mestrado em psicologia social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

No Exército, reorganizamos a unidade psiquiátrica do hospital geral, estimulando a permanência dos familiares dos pacientes, evitando enviá-los para outras instituições. Os familiares podiam ficar no hospital, acompanhando o paciente. Reduzimos o encaminhamento para clínicas conveniadas e o próprio custo do tratamento dentro do hospital, pois se usava menos medicação, além de haver menos problemas de agressões, agitações psicomotoras, eventos que são relativamente comuns em hospitalizações psiquiátricas. Isso, na época, era relativamente inovador. Havia todo um processo de disputa e desconstrução das instituições manicomiais. Era comum os pacientes psiquiátricos serem proibidos de receberem visitas de seus parentes. Atualmente, a ideia da internação psiquiátrica em hospital geral com o familiar acompanhando é algo mais comum, mais normalizado. Há 20 anos, isso era uma total novidade. Pessoalmente, foi uma oportunidade ímpar. A reforma psiquiátrica decolou no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1990. Saí da residência no auge das discussões da reforma psiquiátrica e da ideia de descentralizar a atenção.

Clínica - Também nessa época, em parceria com colegas, iniciei um projeto de atendimento domiciliar para pessoas em crise. Experimentamos estratégias para atender pessoas em crise em casa, com a família, evitando a hospitalização. Foi uma oportunidade que acabou levando à criação da clínica que tenho até hoje, a Prontamente Clínica de Psiquiatria e Psicoterapia, em Porto Alegre. Hoje, não fazemos mais atendimento domiciliar. Tenho meu consultório e lá também atendem terapeutas de diferentes orientações teóricas. Há seis consultórios que funcionam integrados.

Relação com os pacientes - Um terapeuta cria certos cacoetes, habilidades. Para uma terapia funcionar é fundamental que a pessoa que precisa de ajuda tenha alguém disponível para ajudar. Nessa hora, eu devo deixar de lado os meus problemas e me colocar à disposição do paciente. Essa diferença estabelece que os problemas tratados naquela situação e contexto são da pessoa, e não meus. Naquela hora, estou tentando usar os melhores recursos e técnicas para a pessoa lidar da forma mais positiva possível com os problemas que ela traz. Aos poucos, essa relação se organiza na cabeça do médico. Quem tem problema, no atendimento, é o paciente. Não adianta eu assumir esses problemas para mim. Por outro lado, também não é verdade que o terapeuta não tem os seus próprios problemas. É claro que ele tem. O que ele faz é aprender a deixar de lado os seus problemas para se concentrar nos do outro, naquele intervalo de tempo. Somos treinados para isso. Certa vez, o Moacyr Scliar[1], ao passar por uma situação de saúde que o levou à UTI de um hospital, se deu conta da importância do médico ser paciente. Isso muda a perspectiva do profissional. Por isso, acho que todo o terapeuta tem que ter sido paciente em algum momento. Em psicoterapia, não é só a técnica que funciona, mas o vínculo, a disponibilidade. Se não tenho essa experiência como paciente, fica mais difícil.

Saúde coletiva - Quando se fala em saúde coletiva, falamos na combinação de uma série de recursos, níveis de atenção, ações, possibilidades. Não estamos falando, necessariamente, de Sistema Único de Saúde (SUS), mas de todo o conjunto de entidades e instituições envolvidas na promoção de cuidados em saúde. Acredito que a saúde coletiva dá a perspectiva da complexidade, da integração, da articulação entre os recursos. Minha experiência pessoal em saúde coletiva, no estudo de questões sociais, traz a convicção de que as psicoterapias devem ser postas em diálogo, integradas, que devemos procurar nas ferramentas e nas técnicas que cada uma oferece no campo da psicologia o melhor para a situação em que a pessoa, o casal ou a família vivem, e não ficar restrito a uma regra ou orientação. Acredito que a saúde coletiva representa essa experiência que tenho vivido de trânsito em diversas áreas e articulação entre saberes. É impossível que um hospital, sozinho, dê conta de todos os procedimentos e cuidados que a população necessita em uma cidade. Por outro lado, se só houver postos de saúde, eles não darão conta da complexidade de um transplante de rim, da necessidade de uma intervenção coronariana aguda, ou outras intervenções.

Religião - Não sigo nenhuma religião. Sou de formação católica, de família muito religiosa, mas suspeito que a origem de uma parte da família é judaica, pois temos sobrenomes como Horta, Jardim, Lima. Isso remonta a um período na Península Ibérica, quando se converter era obrigatório, e o jeito era manter um nome através do qual os judeus pudessem se reconhecer. Digo sempre que sou tão católico quanto machista – só de formação. Mas isso não é uma convicção profissional. Convivo bem com o fato de não saber responder a várias dúvidas existenciais. Não as respondo. Ao final da adolescência, desvinculei-me da Igreja, tive as minhas frustrações com a instituição e com as pessoas que nela estavam. Penso que o divórcio ocorrido em meu primeiro casamento contribuiu um pouco para essa desvinculação. Casei-me estudante e me separei no ano da formatura.

1 **Moacyr Jaime Scliar** (1937): escritor brasileiro. Formado em medicina, trabalha como médico especialista em saúde pública e professor universitário. Confira as entrevistas que concedeu à **IHU On-Line**: *"Ruim com SUS, pior, mas muito pior, sem ele"*, à edição 260, de 02-06-2008, disponível em http://migre.me/xQNt e *O nazismo como legitimação da irracionalidade*, à edição 265, de 21-06-2008, disponível em http://migre.me/xQP9. (Nota da **IHU On-Line**)

>> Professor Rogério com a família

Política - Militei no PT durante o curso de Medicina. Fui presidente do Diretório Acadêmico e participava do movimento estudantil. Fui o único presidente do Diretório acadêmico da Medicina de Pelotas formado, pois passei o cargo logo após a formatura. Hoje, não tenho mais vinculação partidária. Não milito desde a época de estudante. Não permaneci porque percebi dificuldades na instituição, inclusive de coerência interna. Antes da minha vinda para Porto Alegre, já não tinha vínculo orgânico com o partido, mas continuei votando no PT a vida toda. Votei no Lula. Acho que o governo dele tem uma série de méritos, uma enormidade de coisas a serem contadas como vantagem. Do ponto de vista ideológico político, tenho lá as minhas decepções, críticas e frustrações. A partir disso, abandonei, inclusive, a convicção no voto. Mesmo votando, a época eleitoral me angustia. Pergunto-me o que irei fazer com meu voto. Penso que o ideal seria termos uma sociedade organizada de modo mais harmônico e justo. Acho um desrespeito as pessoas só se darem conta de algumas condições de moradia quando um morro vem abaixo, como em Niterói. É aí que se dão conta que há gente vivendo no lixão. Sou um pouco descrente da possibilidade de soluções emergirem de partidos políticos. Precisaremos pensar em modelos novos, soluções alternativas.

Sonho - Considero-me uma pessoa satisfeita e feliz. Minhas filhas são lindas. Meu casamento me satisfaz e tenho uma bela companheira, a Fabiane. Estou me mudando, nos próximos meses, para um apartamento que considero bastante adequado e confortável. Estou realizado profissionalmente. De imediato, gostaria de ver minhas filhas formadas, com autonomia e aptas a serem profissionais realizadas. Também gostaria de viajar mais. O doutorado em Saúde Coletiva da Unisinos é outra prioridade que tenho. Como entrei ano passado no Programa de Pós-Graduação, ainda estou me firmando, e esse é um objetivo a curto prazo.

Lazer - Gosto muito de ir para parques, praças, caminhar. Durante um tempo, pratiquei a corrida, mas então surgiu um problema de coluna. Há quase um ano, estou afastado desse esporte. Também gosto de nadar, adoro piscina e praia. Duas vezes por ano, consigo algum tempo para ir à praia. Cinema, televisão, seriados e algumas novelas são outro interesse que tenho. Adoro as telas!

IHU - É uma estrutura e iniciativa ímpar. É fundamental que a Unisinos tenha o IHU, uma fonte de discussões importantes em nossa sociedade, como a bioética, o biopoder etc. Sou um dos membros da comissão técnico-científica do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana,** que acontece de 13 a 16 de setembro, na Unisinos.

Unisinos - Vim conversar com o Jeferson, coordenador da Psicologia, logo depois de ter concluído meu mestrado. Aí tive a oportunidade de conviver e trabalhar com o Fábio Moraes, também coordenador do curso na Unisinos. Fui chamado por ele para ocupar a vaga de professor no curso de Psicologia. Permaneci na universidade e assumi outras disciplinas. Hoje, leciono duas disciplinas na graduação em Psicologia, mas meu vínculo é todo no PPG de Saúde Coletiva.

Câmpus verde - Entrei na Unisinos no auge das transformações da estrutura administrativa, quando se desconstituíram os centros de ensino. Foi um momento de instabilidade e queixas. No início, eu também tinha meus temores, mas, aos poucos, tenho me dado conta de que a Unisinos tem procurado se atualizar e ser flexível nas respostas ao meio, às estruturas maiores do que ela. Tenho oportunidade de participar, a alguns anos, da política de drogas da Unisinos, que integra setores da administração e reitoria. A instituição tem efetivamente uma capacidade de adaptação e mudança impressionantes. Fisicamente, nosso câmpus é um primor, pois permite a circulação das pessoas entre as áreas construídas, em contato com o verde, a natureza. É um local muito arborizado e agradável. Além disso, temos estrutura para trabalhar. Ganhei uma área de pesquisa e reflexão para minhas tarefas, o que é um instrumento fundamental para um pesquisador.

Destaques

O caso dos guarani no pré-lançamento do Simpósio sobre a Experiência Missioneira

A historiadora da Unisinos, Maria Cristina Bohn Martins, analisará a economia indígena das missões no pré-evento do **XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**. O evento acontece nesta quinta-feira, dia 22-04-2010, no **IHU ideias**. O XII Simpósio Internacional IHU será realizado de 25 a 28-10-2010, na Unisinos. O debate conduzido por Maria Cristina será sobre "As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani". Leia uma entrevista com a professora na edição 324 da **IHU On-Line**, disponível em http://bit.ly/9IhXXJ. A programação completa do **XII Simpósio Internacional IHU - a Experiência Missioneira: território, cultura e identidade** pode ser conferida em http://migre.me/xRx6.Unisinos.

Pochmann debate panorama social e econômico do Brasil

"Perspectivas sociais e econômicas para o Brasil 2010-2015 – impasses e possibilidades" é o tema do economista Marcio Pochmann, presidente do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em sua palestra no Anfiteatro Pe. Werner da Unisinos, das 20h às 22h, em 26 de abril. O debate é parte de um ciclo de palestras promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que, neste ano eleitoral, discutirá as perspectivas sociais, econômicas e ambientais do Brasil na década 2010-2020. Leia a mais recente entrevista que Pochmann concedeu à **IHU On-Line** em http://bit.ly/bEzVX5. A atividade é baseada na campanha da fraternidade 2010, que aborda o tema "Economia e Vida". O evento é gratuito e aberto a toda a comunidade acadêmica.

Filosofias da diferença

O **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença** é um pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. O ciclo acontece de 04 de maio a 23 de junho de 2010, e tem como objetivo possibilitar a compreensão e a reflexão do tema central do **XI Simpósio Internacional IHU O (des)governo biopolítico da vida humana**, visando debater e refletir sobre a vida humana como objeto do poder e recurso útil nas estratégias biopolíticas das sociedades contemporâneas. A palestra do dia 04 de maio será sobre *Freud e o inconsciente*, com o Prof. Dr. Mário Fleig, da Unisinos. Mais informações podem ser obtidas em http://bit.ly/atZWZS

Apoio:

SICREDI CARTÕES